

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 6/2021

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2021

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – Germano Fernandes

2.º Secretário – Idalina Mendes Lopes

SUBSTITUIÇÕES

José Inácio Nunes (*Substituído por Maria da Purificação Rodrigues Nabais*)

HORA DE ABERTURA: Dezassex horas e trinta minutos

LOCAL: Videoconferência na plataforma eletrónica do Microsoft Teams

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às dezasseis horas e trinta minutos, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: -----

a) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09-09-2021 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 09 de setembro de 2021. -----

A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 09-09-2021**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

b) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26-11-2021 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu nota da comunicação enviada pelo senhor José Escada a todos os membros da Assembleia Municipal, o qual se transcreve ao longo do discurso do senhor Presidente da Assembleia: -----

"Sr. Presidente da Assembleia, permita-me dizer, com toda a frontalidade, que o texto da ata é omissivo em relação a importantes factos que se passaram. -----

Não refere, nomeadamente, as intervenções persecutórias e atentatórias da minha dignidade, por parte do Sr. Presidente da Assembleia. -----

O Sr. Presidente da Assembleia não pode ter a pretensão de dizer o que bem entende, de conduzir os trabalhos, na minha ótica incorretamente e depois reescrever, amenamente, a história. Não pode limpar, em ata, um comportamento desajustado do Presidente da Assembleia. -----

Por isso rejeito a ata e na minha qualidade de Membro Eleito passo a exigir que a mesma respeite a gravação da sessão.” -----

Dirigindo-se a todos os membros, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que a lei *não obriga a que as atas sejam reproduzidas na íntegra, mas a uma síntese do que aconteceu na sessão, pelo que citou: «De cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.»* -----

Portanto, as atas são um resumo o mais extenso possível no nosso caso e quando as atas são aprovadas compete a cada membro a oportunidade de, caso não se reveja na ata, não aprova, mas não pode exigir que a ata respeite a gravação na íntegra. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu ainda não se pronunciava sobre *‘as acusações de intervenções persecutórias e atentatórias, referindo apenas que não correspondiam à verdade.’* -

Antes de prosseguir com o esclarecimento do comunicado feito pelo senhor José Escada, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **José Escada**: -----

“Muito obrigado, senhor Presidente, por esta oportunidade. Devo dizer que a lei não permite determinados comportamentos, por isso é que grande parte das assembleias estão a optar pelas transmissões on-line e transmissões ao vivo, de forma que as pessoas possam verificar o modo como os seus eleitos se comportam e possam acompanhar vivamente todas as sessões. Infelizmente, não é o caso do Sabugal, e por isso o senhor Presidente usa e abusa da argumentação, e teve atitudes que eu aí denuncio como persecutórias e atentatórias do meu bom nome e da minha dignidade. E teve esse comportamento senhor Presidente, visou a minha pessoa constantemente na reunião e não o conteúdo ou a vontade da minha intervenção. -----

Por outro lado, devo dizer que o espírito da lei não é o que o senhor Presidente apresentou, desculpe. O espírito da lei é não traduzir ipsis verbis tudo aquilo que se diz, porque sabe muito

bem que há uma diferença entre o português falado e o português escrito. As pessoas quando falam repetem-se, utilizam termos que podem ser melhorados, e é isso que se pretende fazer. E é sobretudo evitar traduzir em escrito o português falado que, como sabe, é diferente. Agora, a lei não permite que determinados tipos de comportamentos não sejam traduzidos em ata, e é isso que exijo. Eu vejo a lei de um modo diferente do senhor Presidente, e por isso, apresento um voto de protesto que quero que fique consignado em ata, sobre esta ata e retifico tudo aquilo que disse que também gostaria que ficasse em ata, podendo excluir eventualmente alguns aspetos que têm a ver com os tais comentários que eu faço sobre o comportamento do presidente que, em vez de conduzir a sessão com total independência e isenção, intervém a favor de posições que estão em debate, quando nós o elegemos. O Presidente é o Presidente de todos, não é o Presidente do PSD. Se o senhor Presidente quer ter um comportamento de defesa do que quer que seja do que está em debate, então passe para o outro lado da Assembleia e pode ter o comportamento que bem entender.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que assume frontalmente e ficará registado em ata que “o *Presidente mantém na íntegra a interpretação que faz das atas, no espírito da lei, corrige de acordo com a lei, que é fazer a síntese, não deturpando nenhuma intervenção substantiva, nem muito menos processos de votação. Fará isso, já o fez durante 8 anos e continuará a fazer em pleno respeito pela lei, deixando a cada um dos seus membros, aquando da aprovação corrigir ou emendar o que entender, desde que corresponda à realidade. Quanto ao resto, como deve saber, compete ao Presidente e à mesa, e não ao membro da Assembleia fazer a ata.* -----

Quanto ao segundo ponto, aceito o voto de protesto, mas vai ter de o escrever.” -----

Ainda sobre a ata em discussão, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que fará uma declaração sobre a mesma. -----

Foi então apresentado o seguinte voto de protesto por parte do senhor **José Escada**: -----

"Após leitura da ata nº 5 da sessão extraordinária da Assembleia Municipal constato que a mesma é omissa em relação a importantes factos que se passaram. Não refere, nomeadamente, as intervenções persecutórias e atentatórias da minha dignidade, por parte do Sr. Presidente da Assembleia. -----

O Sr. Presidente da Assembleia não pode ter a pretensão de dizer o que bem entende, de conduzir os trabalhos, na minha ótica incorretamente e depois reescrever, amenamente, a história. Não pode limpar, em ata, um comportamento desajustado do Presidente da Assembleia. -----

Por isso apresento um voto de protesto pela não inclusão dessas intervenções bem como das constantes intervenções do Sr. Presidente no período de discussão em defesa de posições e de propostas e que poderão ser retiradas da gravação da sessão." -----

Relativamente à ata, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Não havendo inscrições, prosseguiu e em relação ao que o senhor José Escada solicitou incluir, o senhor Presidente da Assembleia disse que iria *"referir aquilo que discorda da ata, porque vai ser necessário votá-la e o senhor José Escada vai ter de dizer aquilo que quer manter, e vai ter de fazer uma declaração com os textos em causa. -----*

Como todos os membros da Assembleia têm conhecimento do teor do texto enviado pelo senhor José Escada: -----

• *No ponto 2, o senhor José Escada diz que faltam duas intervenções: -----*

- 'A do Sr. Presidente da Assembleia, quando secunda a intervenção do Sr. Tiago Nabais e acrescenta argumentos. (Comentário meu: o Sr. Presidente da Assembleia esqueceu a sua condição e, extemporaneamente, tomou posição sobre um tema em discussão).' -----

"O senhor José Escada está muito enganado, o Presidente da Assembleia é membro de pleno direito, vota como todos os outros, e pode tomar posição como todos os outros porque vota. Não está impedido de tomar qualquer posição, e não é o senhor José Escada que vai quarter o Presidente de tomar posição, tomá-la-ei quando entender. Sobre esse assunto, desde que sou membro da Assembleia tomei essa posição quando o tema foi abordado. Intervirei quando acho que devo intervir, porque voto e não estou condicionado a uma espécie de voto cego." -----

- Quanto ao ponto 8, o senhor José Escada pede para incluir *'seguiu-se o Sr. José Escada, tendo, previamente, o Sr. Presidente da Assembleia chamado a atenção do Sr. Deputado para a forma como se encontrava sentado, que considerava desrespeitosa para a sua pessoa...'*. -----
"É verdade, se quer incluir isto, não me importo que inclua isto na ata." -----

- Sobre o ponto 9, o senhor José Escada refere que o texto deverá ser reformulado para ser fiel às suas palavras. *"Pode requerer que o texto diga isto, mas discordo totalmente da exigência que faz quando obriga a colocar no texto do Presidente, quando o Presidente discorda. Eu permito que cada membro inclua na ata as declarações que entender, mas não declarações contrárias àquilo que os outros disseram."* -----

- *"O Sr. José Escada referiu que poderia não haver deliberação, mas, pelo menos, deveria haver discussão porque está em curso uma Consulta Pública sobre 'Pesquisa e Exploração de Lítio no Concelho', que é da máxima importância para o Sabugal e, portanto, esta Assembleia não deve ficar indiferente."* -----

O senhor José Escada pretende que seja colocada na ata o seguinte texto: *'Dirigindo-se ao Sr. José Escada, o Sr. O Presidente da Assembleia retomou a palavra dizendo que tinha explicado as razões da retirada do ponto da agenda, por forma a que qualquer pessoa com a 4ª classe entendesse, e que em relação ao passado recente sobre reconhecimento de interesse público municipal o Sr. José Escada não poderia reescrever a história porque o investimento no Casteleiro não é comparável'*. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que não vai permitir que o senhor José Escada a introduza na ata porque se trata de uma intervenção do senhor Presidente. Disse ainda que neste ponto explicou diversas vezes o assunto, estando o esclarecimento do senhor Presidente sobre a retirada do ponto repetido cerca de 8 vezes, *"e quem vai ler uma ata da nossa assembleia fica a rir-se porque, e como é evidente fica apenas uma vez esse esclarecimento na ata."* -----

- No ponto 10 do comunicado, "o senhor José Escada mais uma vez quer acrescentar uma declaração que eu fiz e da qual discordo totalmente e não aceito: -----

'Perante a resposta do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia insurgiu-se e recomendou ao Sr. Presidente da Câmara para não abrir "caixas de pandora". Acrescentou que os Srs Deputados têm a obrigação de ler os documentos e que não podem esperar que outros façam o seu trabalho.' -----

Dirigindo-se ao senhor José Escada, o senhor **Presidente da Assembleia** questionou-o se não sabe distinguir na assembleia os cometários que não têm a ver com a substância da matéria. "Se fossemos colocar na ata todas as intervenções, as atas tinham 1000 páginas. Portanto, como é evidente, este comentário foi ad latere, pelo que não aceito que exija que eu o ponha cá." -----

- "No ponto 13, o senhor José Escada diz: -----

'Após o texto da minha intervenção deverá ser acrescentado o seguinte: -----

Retomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia disse: Sr. José Escada não venha para aqui com essa argumentação da "meritocracia" porque isto aqui é política "pura e dura." -----

Voltamos ao mesmo, não lhe vou permitir que isto seja incluído aqui porque o senhor José Escada tem de compreender que o processo de indicação dos membros das listas para os representantes para as listas da Assembleia é político. Os grupos municipais têm todo o direito de fazer listas conjuntas, como têm o direito de não fazerem. E o senhor José Escada tem de respeitar a vontade dos grupos municipais. O processo não é um processo de recrutamento, é um processo de eleição política. Não queira impor à Assembleia Municipal a alteração das regras à qual esta está sujeita nas suas competências.' -----

- "Quanto ao ponto 16, não o vou ler. Se quiser, porque é sua a declaração, aceito que seja incluída na ata, as minhas intervenções, nos termos em que as coloca, não admito." -----

O senhor Presidente da Assembleia antes de conceder a palavra ao senhor **José Escada**, alertou-o para o facto de não aceitar qualquer alteração deturpada às intervenções do senhor Presidente, aceitando apenas as alterações às intervenções do próprio José Escada: -----

“Senhor Presidente tenho-lhe a dizer o seguinte, já vi que faz o quer, diz o que bem entende, porque se considera que isso fica aqui entre quatro paredes, no segredo dos deuses. Não é a minha postura perante a vida, eu uso da frontalidade em qualquer círculo, e não tenho medo que as palavras que utilizo em qualquer círculo sejam transcritas. E, por isso, senhor Presidente, deixei-me, e sempre respeitei todas as instituições por onde passei, e passei por muito lado, os meus superiores hierárquicos, eu considero-me um superior hierárquico. Por favor, ajude-me a respeitar o Presidente desta Assembleia Municipal e deixe de passar certificados de burrice. Porque, com 67 anos de idade concluí o Liceu Nacional da Guarda com 15 valores, dispensando exame de aptidão à universidade, concluí a Licenciatura do Técnico com 22 anos e 15 valores, fiz uma pós-graduação na Universidade Católica com 16 valores e terminei a parte curricular do mestrado do ISEG com 16 valores. Tudo isto antes de Bolonha. E, ao longo da minha carreira profissional pratiquei mobilidade funcional e geográfica tendo sido avaliado por muitos e bons superiores hierárquicos que tive, e fruto dessa avaliação exerci diversos cargos de topo. Pois foi preciso chegar aos 67 anos e, ao meu primeiro cargo político, para me ser atribuído um diploma da quarta classe por um distinto professor político ou político professor. E já viram a esperteza que eu tive ao enganar tanta gente, e também o meu azar por ter optado pela ciência e por escolas de prestígio, em vez de ter escolhido uma escola de ciências políticas. Provavelmente andaria hoje alegremente a exercer a dignificante carreira política praticando política pura e dura. ----- Para concluir senhor Presidente, desvalorizou, desvaloriza e não tem respeito por esta assembleia pela maneira como a conduz e pela maneira como se comporta. ----- Vou manter aquilo que eu disse, vou tirar as coisas que o senhor Presidente disse efetivamente na reunião, mas com a qual não se sente confortável, mas mantenho as partes que me dizem respeito.” -----

Antes do processo de votação, o senhor **Presidente da Assembleia** respondeu ao senhor José Escada: -----

“Não esteve atento àquilo que eu lhe disse. Tem de tomar em consideração o seguinte: a Assembleia tem regras, e as regras são ditadas pela Lei. E, compete ao Presidente da mesa cumprir, com responsabilidade, as regras. Nas matérias onde o senhor José Escada fez as

intervenções, faz as declarações que entender para a ata. Agora, não pode exigir Presidente que inclua intervenções que correspondem a comentários ad latere, Se eu agora passar a exigir que as atas sigam a sua indicação, isto era a anarquia total. -----

O senhor José Escada faz confusão entre a publicidade das sessões e uma espécie de leitura teórica sobre o conceito de transparência. Estas sessões não podem ser mais transparentes porque são públicas, e qualquer pessoa pode assistir. E, portanto, não há nenhum problema com a transparência, as atas estão no site." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ainda ao senhor José Escada para que lhe seja enviado por escrito aquilo que é o pedido de inclusão das suas intervenções. -----

Tendo-lhe sido concedida, o senhor **António Serra** tomou a palavra para cumprimentar os presentes e manifestar a sua total concordância com aquilo que o senhor Presidente da Assembleia acabou de apresentar. *"Temos um regimento da Assembleia, e mais do que o regimento temos a Lei. A Lei é bem explícita, um membro da Assembleia tem todo o direito de se manifestar e expor aquilo que bem entende. É transcrito em ata e se não concorda com a ata, apresenta no momento da aprovação e votação aquilo que entende que está mais correto. Também quero dizer que não estive presente na última Assembleia, mas, é com alguma mágoa que eu vejo que este mandato está a começar desta maneira. O senhor José Escada deve entender que é um membro da Assembleia e tem um Presidente que dirige a Assembleia. A Assembleia é soberana, podendo destituir o Presidente, mas tem de aceitar as regras e tem de deixar cumprir aquilo que diz a Lei." -----*

Não havendo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação, em que a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 1 voto contra do Sr. ° José Escada da Costa, **aprovar a ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 26-11-2021**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura do expediente: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por José António Inácio Nunes, tendo sido substituído por Maria da Purificação Rodrigues Nabais. -----

➤ **Posição da Câmara Municipal no âmbito da consulta pública do Programa de Prospecção e Pesquisa de Lítio:** -----

‘Considerando que está em consulta pública o relatório de avaliação ambiental preliminar do Programa de Prospecção e Pesquisa de Lítio de oito áreas potenciais para lançamento de procedimento concursal para atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de Lítio, a Câmara Municipal do Sabugal, em reunião realizada no dia 9 de dezembro de 2021, deliberou, por unanimidade, e ouvidos os presidentes das Juntas de Freguesia de: -----

Águas Belas -----

Baraçal -----

Bendada -----

Casteleiro -----

Cerdeira -----

Quintas de S. Bartolomeu -----

Rapoula do Côa -----

Sortelha -----

Vila do Touro -----

União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba -----

União das Freguesias de Santo Estevão e Moita -----

União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António -----

União de Freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo -----

EMITIR A SEGUINTE TOMADA DE POSIÇÃO: -----

A área denominada “Guarda-Mangualde E” incide sobre uma grande extensão do território municipal do Sabugal e abrange 13 freguesias do concelho, a saber, Águas Belas, Baraçal, Bendada, Casteleiro, Cerdeira, Quintas de S. Bartolomeu, Rapoula do Côa, Sortelha, Vila do Touro, União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, União das Freguesias de Santo Estevão e Moita, União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António e União de Freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo. -----

O território do concelho do Sabugal caracteriza-se por uma diversidade paisagística de valor incalculável e uma biodiversidade assinalável, um espaço natural onde prevalece a criação de gado (caprino, ovino e bovino), espécies cinegéticas, e onde se desenvolve uma agricultura de pendor extensivo o que dá à região um equilíbrio ambiental e uma ruralidade que se têm vindo a constituir como atrativos turísticos marcantes. -----

O rio Côa, que nasce no Fóios e atravessa, numa enorme extensão, o concelho do Sabugal, é um espaço onde a natureza ainda preserva uma fauna e uma flora que tem sido salvaguardada mercê duma cautelosa valorização e sábia intervenção dos seus habitantes. -----

Acresce que a estratégia preconizada pela Carta Europeia de Turismo Sustentável das Terras do Lince (CETS), aprovada em dezembro de 2016, e que integra os territórios do Sabugal, Penamacor e Almeida é incompatível com a prospeção e pesquisa de lítio nestes territórios. A CETS – Terras do Lince definiu e implementou uma estratégia intermunicipal de desenvolvimento turístico sustentável baseada na identidade territorial e na preservação da paisagem, estratégia que tem vindo a promover o turismo de natureza dada a atratividade destas paisagens e a cada vez maior apetência de públicos por este tipo de turismo. -----

O Município do Sabugal, reconhecendo o valor incalculável do património natural e paisagístico do concelho, promoveu a implementação de oito percursos pedestres de tipo “PR – Pequena Rota”, que totalizam cerca de 90 quilómetros e que a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal já homologou. O pedestrianismo tem sido complementado com a promoção do cicloturismo como uma oferta específica do território CETS, na fruição do importante património histórico-cultural que se pretende integrado na oferta turística do território. -----

Por outro lado, o território do atual concelho do Sabugal, desde a Idade Média até ao século XIX, estava repartido por cinco vilas – cinco concelhos: Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e

Vilar Maior. Em cada uma destas localidades, que foram sede de concelho e que agora integram o território do concelho do Sabugal, existem vestígios da sua importância passada, quer em termos de arquitetura militar, religiosa ou civil, quer em símbolos do poder político-judicial local. -----

A par das cinco vilas medievais, Sortelha é uma das Aldeias Históricas de Portugal, cuja atratividade estimula a vinda de inúmeros turistas nacionais e estrangeiros; a existência das águas rádio e as reativadas termas do Cró que integradas harmoniosamente na paisagem têm vindo a impulsionar a economia local; e a proximidade com o classificado Património Mundial do Vale do Côa, reforçam o equilíbrio e a harmonia destes territórios que urge preservar, salvaguardando 'o homem e o seu chão'. -----

Acresce que existem no Concelho do Sabugal importantes zonas arqueológicas (povoados do período do ferro e do bronze) que carecem de mais investigação, estudo, no sentido da sua preservação e valorização, o que não é conforme a qualquer intervenção prospetiva. -----

O Sabugal é, assim, um território com uma identidade paisagística, natural e cultural, onde o património edificado disperso por quase uma centena de povoações testemunha uma presença humana secular. As comunidades deste território estabeleceram com a 'sua terra' uma relação de sobrevivência equilibrada, aproveitando os recursos naturais e modelando a paisagem às necessidades do cultivo dos bens alimentares. Comunidades rurais cujas tradições e costumes encastram nas relações do homem com o seu meio. -----

A preservação e a valorização destes motivos identitários e que dão um forte sentido de pertença às gentes do sabugal é, de todo, incompatível com qualquer incursão que descaracterize o modo de vida, de ser e de estar destas comunidades, destes ambientes. -----

A tudo isto acresce o confronto do PPP Lítio com o Plano Estratégico Nacional para o Turismo – Estratégia Turismo 2027, e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ENCNB 2025. -----

Tendo em conta todos estes pressupostos a Câmara Municipal do Sabugal e as Juntas de Freguesia de Águas Belas, Baraçal, Bendada, Casteleiro, Cerdeira, Quintas de S. Bartolomeu, Rapoula do Côa, Sortelha, Vila do Touro, União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, União das Freguesias de Santo Estevão e Moita, União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António e União de Freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo mostram-se desfavoráveis à prospeção e pesquisa de Lítio no Município do Sabugal, porquanto tal intervenção

afetaria, de forma irremediável, os seus territórios, a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde das suas populações. -----

Sem nunca colocarmos em causa a real necessidade de uma transição energética e de uma descarbonização da nossa economia, nunca será aceitável que sejam as populações do interior do nosso país a pagar a fatura desta descarbonização. -----

Num país tão orientado para a valorização das identidades comunitárias, para a preservação das tradições e do património cultural imaterial, e para o aproveitamento turístico enquanto um dos grandes motores da nossa economia, e num concelho que vê, ele próprio, no turismo, uma importante fonte de dinamização económica, o impacto negativo desta exploração é um risco que este executivo, em conjunto com todos os sabugalenses, não está disposto a correr e que tudo fará para que nunca venha a ocorrer." -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor **João Manso** disse trazer dois assuntos breves:

“Em primeiro lugar, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se vai continuar neste mandato com a mesma gestão do Balneário Termal do Cró. Está a pensar em alterações dessa gestão, quanto custa aos munícipes do Sabugal por ano, a gestão do Balneário Termal do Cró. O segundo assunto é a delegação de competências, nomeadamente na saúde e na educação. Pergunto ao executivo camarário se já está a trabalhar e a dialogar com as respetivas direções, quer do Centro de Saúde do Sabugal, quer com a direção do agrupamento de Escolas do Sabugal para que esta delegação de competências possa vir a ser uma mais-valia na melhoria da qualidade da saúde e da educação. Como sabe, o prazo estipulado pela tutela é 31 de março de 2022. Portanto, vou-lhe fazer perguntas sobre este assunto: têm já uma data prevista para esta

delegação de competências? Também já estão a delinear a carta educativa? Podem resumir as linhas estratégicas deste importante documento educativo?" -----

Seguiu-se o senhor **Francisco Costa** que, após cumprimentar os presentes apresentou dois temas a abordar: -----

"O primeiro passa por parabenizar o executivo pelas medidas que foram dadas na educação, em primeiro lugar aos estudantes do ensino básico e secundário pela contratualização da escola virtual da Porto Editora a todos os estudantes, atendendo ao ensino à distância esta é uma ferramenta extremamente útil aos estudantes do concelho, e para garantir que o elevador social que é a educação, realmente funciona, porque, caso contrário tem de ser pago por cada um, e deste modo, todos os alunos conseguem ter acesso. Em segundo lugar, parabenizar a Câmara por, mais uma vez, ter concedido aos estudantes do Ensino Superior um apoio e que muitas vezes consegue chegar ainda mais cedo do que as bolsas da Direção Geral do Ensino Superior, e que também é bastante útil para todos os jovens que já se encontram no meio universitário e politécnico. -----

O segundo ponto era relativo a mais uma edição do Sabugal Presépio. Creio que este foi um dos anos em que, se não fosse a pandemia, teríamos tudo para que fosse a melhor edição até à data. Nunca o Sabugal esteve tão belo como este ano, a nível de iluminação. As ruas estão cheias de vida, desde a inauguração do Presépio. É apenas de lamentar que muitos dos comerciantes, a título privado, não estejam abertos e não haja as melhores condições para quem nos visita. Contudo, a organização está de parabéns, bem como todo o executivo e funcionários municipais."

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana** disse: -----

"Queria apenas fazer três cumprimentos. Cumprimentar a mesa na pessoa do senhor Presidente, Doutor Manuel Meirinho queria dizer-lhe que depois de o acompanhar ao longo dos últimos 4 anos, considero um privilégio tê-lo como Presidente da Assembleia do Sabugal. A forma como consegue um compromisso entre a seriedade e a dignidade desta instituição, adaptando-se facilmente há

grande diversidades dos seus elementos, revela a sua competência técnica fruto do seu currículo, mas também do seu carácter. Desejo as maiores felicidades para este mandato. -----

Cumprimentar o executivo, na figura do senhor Presidente da Câmara desejando também as maiores felicidades para este mandato. -----

Cumprimentar os membros da Assembleia, em particular os meus colegas Presidentes de Junta e, dentro dos Presidentes de Junta, permitam-me um cumprimento especial para a Sandra, a Vera, a Carolina e a Cristina, são quatro Presidentes de Junta mulheres, dentro de 30. Elas não estão aqui para cumprir estatísticas, elas estão aqui por sua vontade e querer, estão num mundo de homens, mas queria deixá-las descansadas porque em breve perceberão que é naturalmente também o seu mundo.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu as palavras proferidas. -----

Seguiu-se o senhor **Germano Fernandes** que, após cumprimentar os presentes disse: -----

“Em representação da Assembleia Municipal e por impossibilidade do senhor Presidente da Assembleia, participei em conjunto com o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal no 25.º Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que decorreu nos dias 11 e 12 do corrente mês, em Aveiro. Participámos em todos os trabalhos; do princípio ao fim. Dos temas debatidos e levados ao Congresso importa realçar três temas: o primeiro sobre a Organização do Estado, apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal de Alenquer; o segundo sobre o Desenvolvimento e Coesão apresentado pelo Presidente da Assembleia Municipal do Seixal; e o terceiro sobre Financiamento Local, apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. -----

Do essencial das intervenções dos vários congressistas, realço dois pontos: primeiro a transferência de competências para os municípios, segundo a regionalização. Foram dois temas abordados quase permanentemente no Congresso. Das intervenções políticas importa realçar, pela qualidade, a do senhor Presidente da Mesa do Congresso - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa -, e também a intervenção do senhor Presidente da República que, de uma forma

estruturada, analisou em vários pontos, a questão da regionalização. São, portanto, dois discursos que importa realçar.” -----

O senhor Germano Fernandes entregou os documentos distribuídos no congresso aos serviços para que qualquer um dos membros os possa consultar. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor **José Escada** tomou a palavra para dizer: -----

“Antes de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara gostaria de dizer que, antes de mais, sou membro da Assembleia, tenho cabeça para pensar e atuarei sempre de acordo com a Lei e com a interpretação que farei da Lei, e que seria bom que no ano de 2022 houvesse, em termos de Lei, uma interpretação uniforme e suportada em pareceres jurídicos, que é a melhor forma de tratar os assuntos. -----

Relativamente à questão que queria colocar ao senhor Presidente da Câmara é a seguinte, passou uma notícia nos jornais sobre a Pró-Raia, que a Câmara Municipal da Guarda tinha adquirido um edifício para a Pró-Raia por 250 mil euros. Gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual é a situação económico-financeira da Pró-Raia e se há alguma possibilidade da sede, perante esta aquisição, vir para o Sabugal.” -----

Tomando a palavra, e após cumprimentar os presentes, o senhor **João Manata** desejou votos de um bom ano 2022, tendo de seguida dito que era necessário ativar a garantia da rua 5 de Outubro, uma vez que as pedras estão descoladas e causam barulho à passagem de viaturas, sendo uma situação incómoda para os moradores. -----

Seguiu-se o senhor **João Aristides Duarte** que, após cumprimentar os presentes disse: -----

*“Boa tarde a todos, -----
Começo por referir que não entendo a realização desta Assembleia por videoconferência. Compreendia isso perfeitamente o ano passado, quando as pessoas estavam confinadas e ainda não vacinadas. Mas pronto, aceita-se a decisão do senhor Presidente, que nestes assuntos é*

soberano. Lembro só que a Assembleia Municipal da Guarda, decorreu há dias, em modo presencial. -----

Ao longo do mandato, os novos eleitos nesta Assembleia irão aprender que a maioria das propostas é aprovada por unanimidade. Não serve de nada fazer oposição só porque sim. Ninguém de bom senso vota contra propostas que visem melhorar a vida dos habitantes do concelho. -----

Era nesta Assembleia que eu ia referir a situação do apagamento total da tinta das marcações da via, na variante do Soito. Entretanto, verifiquei que já foram pintadas as marcações. Obrigado por isso. Mas ainda faltam as marcações nas bermas, sr. Presidente. -----

Quero também referir que eu de opinião que, neste mandato, se deverá fazer um esforço para que as reuniões da assembleia sejam transmitidas on-line. Já acontece em muitos municípios e porque não no Sabugal? -----

Finalmente gostaria de perguntar ao sr. Presidente da Câmara se já recebeu o documento com as 12 medidas urgentes para melhorar a vida dos sabugalenses que o Partido de extrema-direita, racista e xenófobo concorrente às eleições autárquicas no Município do Sabugal, e que não elegeu ninguém para qualquer órgão autárquico, prometeu entregar-lhe, segundo uma notícia que foi publicada no Facebook. E, já agora, se alguma dessas medidas vai ser implementada." -----

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para desejar votos de boas festas e próspero 2022, tendo de seguida dado resposta às intervenções feitas. -----

Quanto à questão colocada pelo senhor João Manso, sobre a gestão do Balneário Termal do Cró, o senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que é uma questão pertinente, bem como preocupante, uma vez que a crise energética veio inflacionar os custos com o equipamento. "No caso do gás natural passámos de 0,55 € o kwh para 1,25 €, fazendo com que o custo final seja significativo. Relativamente à energia tivemos um acréscimo de 30%, inflacionando também os custos. Neste momento, o equipamento está concessionado por um ano, com um custo de 480 mil euros anuais. A direção clínica mais 36.580 euros. No final do ano, o equipamento ficará a

cerca de 600 mil euros ao município. Por sua vez, a receita rondará entre os 40 e 50%, havendo sempre um défice no valor de 300 mil euros, custo que estamos a suportar pelo equipamento." --

Referiu ainda que a situação não é sustentável, estando neste momento a encetar esforços no sentido de concessionar o equipamento, não sendo uma tarefa fácil enquanto a questão da energia não for resolvida. -----

Sobre a transferência de competências da Segurança Social e da Educação, *"elas já estão presentes no Plano e Orçamento de 2022, havendo uma verba no valor de 1 milhão de euros para a Educação e para a Segurança Social há uma verba mais baixa, uma vez que não temos acordo com nenhuma instituição."* -----

Acerca da transferência de competências, o senhor Presidente da Câmara passou a palavra à senhora **Vice-Presidente da Câmara** para prosseguir com os esclarecimentos por se tratar de um assunto afeto a um dos seus pelouros. -----

Após cumprimentar os presentes, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que relativamente à saúde, não haverá transferência de competências uma vez que concelho tem ao seu dispor uma ULS. -----

"Relativamente à Educação já tivemos reunião agendada para dezembro com a DGEST. Por impossibilidade de se deslocarem ao Sabugal foi desmarcada e reagendada para janeiro. Neste processo a Câmara tem estado sempre com conversações com o Agrupamento de Escolas. Tanto o Município como o Agrupamento de Escolas aguardam a reunião da DGEST para esclarecimento das dúvidas." -----

Em relação à Carta Educativa disse que está prevista uma revisão, estando os serviços a tratar da revisão. -----

"No âmbito da Ação Social, já foi efetuada a reunião com o diretor do centro distrital da Guarda, já foram indicados os nomes dos técnicos e do executivo que farão parte da comissão. Este é o processo que está mais avançado porque foi possível da parte do centro distrital isso acontecer."

Prosseguindo, o senhor **Presidente da Câmara**, em relação à questão colocada pelo senhor Francisco Carvalho, disse: -----

"É uma preocupação do Município, os apoios aos alunos do Ensino Superior, uma vez que estamos a formar o futuro. No próximo ano reforçaremos as bolsas de estudo com um protocolo que iremos celebrar com uma instituição privada." -----

Sobre o presépio, o senhor Presidente da Câmara afirmou que é o maior evento que o Município realiza, e já conta com cerca de 15 mil visitantes desde a abertura. *"É um evento formatado, bem delineado, e que vamos tentar melhorar de forma a ser um atrativo ainda maior para o concelho."*

Respondendo ao senhor Carlos Borregana o senhor **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, desejando a todos os Presidentes de Junta um ótimo mandato. -

Acerca da intervenção do senhor Germano Fernandes, foi respondido pelo senhor **Presidente da Câmara** que o 25.º Congresso da Associação Nacional de Municípios portugueses fora bastante enriquecedor, tendo sido abordadas as preocupações dos autarcas sobre as transferências de competências. *"E, por parte de alguns autarcas foi pedido para que o futuro governo repense esta situação das transferências de competências. E no que diz respeito à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, foi pedido o adiamento para 2023, para que possa haver uma maior preparação do processo no decorrer do ano de 2022." -----*

Em resposta à questão do senhor José Escada sobre a Pró-Raia, o senhor **Presidente da Câmara** disse que no dia anterior fora escriturada a venda do edifício para a Pró-Raia à Câmara Municipal da Guarda, *"processo que decorria do anterior mandato, fruto de uma situação em que a Pró-Raia*

tinha sobre a devolução de fundos comunitários que recebeu indevidamente há cerca de 12 anos. Era um processo que não era possível manter, e entendeu-se alienar esse edifício para suportar a dívida. -----

Sobre a sede social, o senhor Presidente da Câmara da Guarda disponibilizou um edifício na zona histórica da Guarda, onde funcionou a CIM, e que será cedido gratuitamente. -----

Neste momento não se equaciona a mudança de sede para o Sabugal, mas não deixaremos de o equacionar durante o mandato.” -----

Por fim, sobre a questão colocada pelo senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** respondeu que solicitará junto dos serviços o levantamento dessa questão e comunicar ao empreiteiro para que o problema seja resolvido. -----

Findo o período das intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** informou a Assembleia sobre a receção de um conjunto de documentos rececionados por via eletrónica. -----

1. Moções

Moção apresentada pelo grupo municipal do PSD: -----

“Considerando: -----

Que na reunião de Câmara Municipal do Sabugal, realizada no passado dia 9 de Dezembro, foi deliberado por unanimidade a Posição do Município do Sabugal, relativamente à consulta pública do relatório de avaliação ambiental preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio; ---

Que a deliberação referida foi unanimemente subscrita pelos presidentes das Juntas de freguesia dos territórios abrangidos pelo Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio: Águas Belas, Baraçal, Bendada, Casteleiro, Cerdeira, Quintas de S. Bartolomeu, Rapoula do Côa, Sortelha, Vila do Touro, União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, União das Freguesias de Santo Estevão e Moita, União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, e União de Freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo; -----

Que a Posição do Município do Sabugal e a informação técnica sobre o mesmo assunto foram inseridas na plataforma digital do processo de consulta pública do relatório de avaliação ambiental preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio; -----

Que é politicamente adequado que esta Assembleia corrobore e subscreva o teor da referida Posição do Município do Sabugal, a qual foi pela unanimidade do executivo e das Juntas de Freguesia aprovado; -----

O grupo municipal do PSD propõe que o teor da Posição do Município do Sabugal aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal e subscrito pelos presidentes das juntas de freguesia suprarreferidas seja aceite, subscrito e apoiado por esta assembleia; -----

Desta deliberação deve ser dado conhecimento às entidades e organismos que tutelam esta matéria." -----

Moção apresentada pelo grupo municipal do CDS: -----

"Considerando que: -----

1)O Sabugal assenta a sua estratégia de desenvolvimento em valores de sustentabilidade ambiental. Integra no seu território Malcata, uma Zona Especial de Conservação. Possui dois importantes corredores ecológicos. A proteção da biodiversidade e a diretiva habitats têm ampla aplicação, com a identificação de várias espécies com valor conservacionista. -----

2)Um dos fatores críticos do Sabugal é a Água. O Concelho cedeu, este recurso, por transvase, sem contrapartidas evidentes, para regadio de outros Concelhos e, em consequência, sofre, periodicamente, com a falta de água. O transvase tem graves implicações ao nível dos ecossistemas, afeta os caudais ecológicos e os níveis freáticos. O Sabugal está escaldado no que toca à cedência do recurso água, sem ajustadas medidas de minimização e de compensação. ---

3)As atividades relacionadas com a prospeção e pesquisa de lítio podem necessitar de grandes quantidades de água. Essas atividades são ainda bastante invasivas em termos de movimentação de solos, como sejam, por exemplo, a abertura de trincheiras de até 3 metros de profundidade, poços, realização de sondagens mecânicas, utilização de explosivos. -----

4) Os direitos de prospeção e pesquisa têm enquadramento em Decreto-Lei muito recente. Pela primeira vez foi elaborado um Relatório Nacional de Avaliação Ambiental, preliminar, abrangendo 8 zonas, distantes e distintas, onde se inclui o Concelho do Sabugal. Apesar de tamanha originalidade, o relatório foi lançado à Consulta Pública, num prazo muito curto, que decorreu, de 28 de setembro até 10 de dezembro de 2021. -----

5) No período de consulta pública o conteúdo da avaliação deveria ter sido apresentado em linguagem simples e resumida, de forma a permitir que o público em geral se familiarizasse com as principais oportunidades e riscos. -----

6) A consulta pública não deu as devidas respostas a: i) Como serão defendidos os valores ambientais e de sustentabilidade; ii) Preocupações das populações? iii) Como vai a exploração de Lítio revelar-se uma oportunidade para o desenvolvimento económico do Sabugal? -----

E tendo presente a Deliberação da Câmara Municipal do Sabugal, sobre a consulta pública, em reunião realizada no dia 9 de dezembro de 2021. -----

O deputado municipal José Alves Escada da Costa solicita à Assembleia Municipal do Sabugal, reunida a 29 de dezembro de 2021, que delibere o seguinte: -----

1) Apoio, de princípio, à Posição da Câmara Municipal do Sabugal, por ser, de momento, a mais ajustada perante as indefinições do processo de Consulta Pública; -----

2) Sejam, claramente, explicitadas as implicações sociais, ambientais e económicas. As reais implicações sobre recursos hídricos (subterrâneos e superficiais), sobre a biodiversidade, sobre o desenvolvimento humano e qualidade de vida, sobre o património. As implicações no emprego. O retorno económico e o real valor acrescentado para o território. O modelo de gestão que vai ser adotado. -----

Desta deliberação deve ser dado conhecimento a Sua Excelência o Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, ao Sr. Diretor Geral da Energia e Geologia, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da CIMBSE." -----

Tendo ambas as moções o mesmo objeto, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs aos membros uma decisão unânime, dada a importância da matéria abordada, ou seja, uma moção

conjunta que conjugue o objeto das duas propostas. Na sequência da proposta, o senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao representante do grupo municipal do PSD, **Jorge Dias**, que primeiramente saudou os presentes, e de seguida referido concordar com o que fora dito pelo senhor Presidente da Assembleia uma vez que o sentido da moção apresentada pelo PSD era que a Assembleia Municipal apoiasse a decisão tomada pela Câmara Municipal. -----

De seguida, em representação do grupo municipal do Partido Socialista, tomou a palavra o senhor **João Manso** que afirmou concordar com a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia. -----

Em representação do grupo municipal da CDU, o senhor **João Manata** manifestou concordância com a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia. -----

O senhor **José Escada**, em representação do grupo municipal do CDS, referiu estar de acordo, *"mas gostaria que o assunto fosse previamente discutido, porque gostaria de introduzir um pequeno parágrafo adicional, se a discussão o suscitar."* -----

Após as intervenções dos representantes municipais, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que a proposta que apresenta engloba as preocupações de todos, esclarecendo que a proposta é que a Assembleia delibere por unanimidade, aceitar subscrever e apoiar a posição do Município, que também é subscrita pelas Juntas de Freguesia. -----

De seguida, foi novamente concedida a palavra ao senhor **José Escada**: -----

"Gostava de dizer o seguinte, o decreto-lei n.º 30/2001, de 7 de maio coloca em evidência uma perspetiva conciliadora dos vários interesses em presença, os nacionais, os municipais e os das populações, que são por vezes interesses potencialmente conflitantes, como pode ser aqui o caso, e a lei impõe uma racionalidade económica que é partilhada pelos municípios e o Estado.

Portanto, obriga à valorização dos territórios onde se desenvolvem estas atividades de prospeção, pesquisa, e eventualmente exploração. A lei considera ainda a necessidade de as atividades darem um contributo significativo para o desenvolvimento de novas tecnologias, por isso a lei adota três eixos estruturantes. O primeiro coloca em foque um esforço de fixação de toda a cadeia de transformação do país, e, portanto, há aqui potencial de arrastar uma fileira industrial; um segundo que estabelece um reforço de disponibilização de informação e da participação pública com reforço da intervenção dos municípios, assegurando-se uma maior transparência dos procedimentos administrativos. E para a participação pública, a legislação prevê a disponibilização de todos elementos relevantes do processo através da internet e de sessões públicas de esclarecimento. Depois tem o terceiro eixo, que consiste na repartição justa de benefícios económicos da exploração entre o estado e os municípios. Por exemplo, o decreto-lei consagra a instalação da sede social do concessionário num dos municípios abrangidos. Também uma inovação desta legislação, no que respeitam os encargos da exploração, que até aqui eram exclusivamente reservados ao Estado passam agora a ter uma repartição equitativa com os municípios. Há aqui esta grande inovação, a possibilidade de reversão dos bens da exploração para os bens dos municípios, em usufruto dos bens das infraestruturas da exploração para os municípios, etc. -----

Ou seja, senhores membros da vereação e senhores membros da assembleia, concordarão comigo que, potencialmente a exploração dos recursos minerais pode ser para o Sabugal extremamente desafiante e plena de oportunidades, e não devemos arvorar-nos nas nossas certezas e que o assunto não deve ser debatido porque a própria lei diz que deve ser debatido em termos de disponibilização de informação, em termos de consulta pública e de sessões públicas. E o que fez o nosso município perante a obrigação de disponibilizar a informação e fomentar com transparência a participação pública? Aliás, o senhor Presidente da Câmara até diz no boletim 'Valorizar o Sabugal é, necessariamente, valorizar as suas gentes e evolvê-las na construção de um futuro que queremos melhor para todos, melhorando a qualidade de vida das pessoas, tornando o nosso território mais atrativo para visitar, para investir e para viver.'. Senhor Presidente, tem de praticar aquilo que diz, porque em relação à consulta pública o senhor Presidente da Câmara não fez nada. Apenas numa reunião realizada no dia 9 de dezembro de 2021, já no limite do prazo, deliberou, ouvidos numa convocatória relâmpago, um conjunto de presidentes de 13

Juntas de Freguesia, e emitiu uma posição com a qual até concordo em parte por aquilo que já disse o senhor Presidente da Assembleia. Concordo porque, de facto, o processo tem falhas, tem fragilidades, agrega oito zonas distintas indiferenciadas e não identifica as especificidades de cada uma das zonas, e por essa via, não proporciona uma salvaguarda dos interesses do Sabugal, e nisso estou de acordo. Não concordo é com a formulação do texto, porque é estrategicamente errado e não defende os interesses do Sabugal, e sabe porquê senhor Presidente? Não menciona défices ambientais sobre recursos colaterais que são determinantes para a exploração do lítio, e esses recursos são os recursos hídricos. Senhor Presidente da Câmara, se quer um conselho de um ex diretor geral, nunca perca uma oportunidade de reivindicar défices passados. E, neste caso, perdeu uma grande oportunidade. O senhor Presidente da Câmara, se me permite um conselho como ex diretor geral, nunca perca uma oportunidade para afirmar a administração local perante a administração central. Neste caso, senhor Presidente da Câmara perdeu uma oportunidade de não ter valorizado a consulta pública e teve várias oportunidades para cumprir a lei.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu o senhor José Escada para dizer que o que está em discussão é a proposta de texto alternativa apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia. Em suma, o senhor Presidente da Assembleia questionou o senhor José Escada sobre a sua posição relativamente à junção das duas moções, de forma a propor uma moção sintética de apoio político. -----

Em resposta, o senhor **José Escada** disse: -----

“Aceito as suas observações relativamente à condução dos trabalhos, vou apenas propor um pequeno acrescento, que é o ponto 2.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que as fundamentações apresentadas em ambas as moções são diversas, propondo que se faça uma fusão das preocupações de ambos para uma moção sintética de apoio político, que deve ter o apoio unânime da Assembleia, com um texto de natureza política. “As matérias que vêm em adição em ambas as

moções, na minha perspetiva, não devem estar na moção conjunta porque já são leituras diferenciadas de cada um. As duas moções têm como objeto pedir à Assembleia que aceite, subscreva e apoie a posição do município do Sabugal relativamente a esta matéria, e é isso que solicito à Assembleia, que nos juntemos em torno deste princípio comum, de forma que vá de encontro à posição tomada pelo município.” -----

O senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da proposta da moção, a qual se transcreve na íntegra: -----

“A Assembleia Municipal do Sabugal deliberou, por unanimidade, aceitar subscrever e apoiar a posição do Município do Sabugal relativamente à consulta pública do relatório de avaliação ambiental preliminar, do programa de prospeção e pesquisa de lítio, também subscrito pelos Presidentes da Junta de Freguesia de Águas Belas, Baraçal, Bendada, Casteleiro, cerdeira, Quintas de São Bartolomeu, Rapoula do Côa, Sortelha, Vila do Touro e União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, Santo Estevão e Moita, Sabugal e Aldeia de Santo António e Seixo do Côa e Vale Longo.” -----

De seguida questionou o senhor **José Escada** sobre a sua posição de apoiar a proposta de moção apresentada: -----

“Isto é um assunto demasiado importante porque o passado recente político desde o dia 29 de setembro até agora é um passado que tem a ver com isto, e politicamente tem de ser tratado e evidenciado. -----

Não subscrevo, acho demasiado simplista.” -----

Antes de proceder à votação, a senhora **Marisa Martins** solicitou a palavra para dizer que qualquer uma das moções devia ter sido lida e que na proposta de moção apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia deveria constar a posição do município de uma forma mais evidenciada.

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que se se repete a posição do Município, replica-se a posição do Município, que é um documento público, datado, aprovado por unanimidade no executivo e pelas Juntas de Freguesia, sendo um documento material, que existe.

Retomando a palavra, a senhora **Marisa Martins** sugeriu que a proposta de moção contivesse a data de aprovação em Reunião de Câmara, de forma a tornar a posição mais formal. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concordou e reiterou que o objetivo da moção é conter as preocupações de todos os grupos municipais e que a posição da Câmara seguirá em anexo aquando da remissão da proposta de moção aos órgãos competentes. -----

De seguida, tomou a palavra o senhor **Jorge Dias** para evidenciar que colocar as duas moções a votação não tem sentido, enfraquece a posição do município e desvaloriza-a. *"Irei apelar ao grupo municipal do PSD para não votar favoravelmente a moção do José Escada, por ser extemporânea, porque estamos no processo de prospeção e ele está a falar muito mais à frente, e a questão da consulta pública esteve em vigor e as pessoas que se queriam manifestar, o devem ter feito."* ----

Tendo-lhe sido concedida a palavra, o senhor **José Escada** disse que *"tinha três questões a colocar ao senhor Presidente da Câmara, e o senhor Presidente da Assembleia não deixou."* ----

O senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu-o para dizer que este assunto não é objeto de perguntas, e, extraordinariamente, vai conceder a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões, sendo que as questões deveriam ser colocadas anteriormente, quando colocou as anteriores questões ao senhor Presidente da Câmara. -----

Antes de proceder à votação, tomou ainda a palavra o senhor **António Serra**: -----

“Mais uma vez manifesto a minha total concordância com a posição do senhor Presidente da Assembleia. É com muito contentamento que vejo uma união dos diversos grupos municipais do Partido Socialista, CDU, na defesa dos interesses do município. Curiosamente vejo o senhor membro da Assembleia José escada interessado apenas na sua figura e na sua personalidade, porque senão não colocava esta divisão entre todos nós. Com certeza que uma posição de unanimidade, uma única proposta, tem muito mais força do que duas. Mas é uma ótima ocasião para a Assembleia fazer ver ao senhor José Escada aquilo que ele vale. Peço a todos os membros da Assembleia que votem por unanimidade na proposta única do PS, PSD e CDU e rejeitem por completo a proposta do CDS.” -----

Assim, e dado tratar-se do mesmo tema sob o qual já havia uma Tomada de Posição por parte da Câmara Municipal, e após auscultação dos representantes dos Grupos Municipais para subscreverem a Tomada de Posição da Câmara Municipal, a mesma contou com a concordância do PSD, PS e CDU, pelo que foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal**, deliberado, por maioria, com o voto contra do Sr.º José Escada da Costa, **aceitar, subscrever e apoiar a posição do Executivo Municipal referente à consulta pública do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio.** -----

Durante o processo de votação o senhor **José Escada** interrompeu o senhor Presidente da Assembleia alegando uma ausência do formulário de votação. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** alertou o senhor José Escada sobre a maneira como o abordou, dizendo ainda que ficaria lavrado em ata. Explicou também que as votações foram preparadas para os pontos que estavam previstos, não sendo os serviços escravos, uma vez que não é possível preparar formulários de votação quando o objeto da votação não é conhecido. ----

Colocada a Moção apresentada pelo Sr.º José Escada da Costa à votação, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com o voto a favor do Sr. José Escada, os votos contra do

Partido Social Democrata e CDU e as abstenções dos Membros da Assembleia do Partido Socialista, **rejeitar a moção alusiva à consulta pública sobre pesquisa e exploração de lítio, na área designada “Guarda-Mangualde” e, mais propriamente, no Sabugal.** -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para tecer esclarecimentos sobre o assunto: -----

“Só querida fazer dois reparos relativamente a esta questão. O que estamos a discutir hoje é a atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de lítio. A consulta pública esteve até dia 10 em consulta pública, quem quisesse podia-se pronunciar. A Câmara entendeu pronunciar-se. Aquilo que o senhor José Escada está a referir, e aí conto com todos os elementos da Assembleia Municipal e todos os elementos das Juntas de Freguesia para reivindicar, quando passarmos para a exploração.” -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à apresentação dos requerimentos apresentados pelo senhor José Escada, em representação do partido municipal do CDS: -----

a) Cedência de Direitos de Superfície de terrenos -----

“No desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal venho, por este meio, requerer informação completa sobre a cedência do direito de superfície dos terrenos já adquiridos junto à Barragem do Sabugal (145 mil euros), do terreno inicialmente adquirido para construção do Parque de Campismo (70 mil euros) e de lotes da Zona de Localização Empresarial (150 mil euros). Em relação a estes últimos lotes solicito ainda informação de quantos foram adquiridos do total.” -----

O senhor Presidente da Assembleia informou que remeterá o assunto ao senhor Presidente da Câmara para resposta. -----

b) Transmissão Online das sessões da Assembleia Municipal -----

"No desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal venho deste modo requerer a V.Ex.^a que considere a seguinte proposta no período 'Antes da Ordem do Dia': -----

'As sessões da Assembleia Municipal do Sabugal passarão a ser transmitidas em direto'. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse não concordar com o princípio, referindo que de entre outras razões dava conta do caso de sessões como a que estava a decorrer que só exporiam a assembleia a um certo ridículo. -----

Aberto o período de discussão da proposta, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **João Manata**, que referiu estar de acordo com a transmissão das sessões em direto. *"Quanto mais transparência melhor, se nos portarmos mal as pessoas que saibam." -----*

Seguiu-se o senhor **João Manso** para dizer que os membros do PS também votamos favoravelmente, *"até consideramos também que, pelo menos, uma das Reuniões de Câmara por mês, pudesse ser também transmitida em direto." -----*

Prosseguiu exemplificando a situação da Assembleia Municipal da Guarda que permite que se assistam às Assembleias, sendo uma forma de 'chamar' o cidadão para os problemas do concelho. *"Mesmo quando são no auditório, há cada vez menos público nas nossas assembleias." -----*

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** afirmou que a concretização de tal proposta carecia de uma análise aturada da sua implementação e consequência, pelo que não deveria ser implementada sem uma reflexão séria. -----

Para concluir, o senhor **João Manso** disse que a transmissão em direto era uma forma de responsabilizar os membros desta Assembleia pelo seu comportamento, pela sua postura e pela sua forma de intervenção, *"porque teríamos, provavelmente, mais pessoas a assistir. E, no fundo, responsabilizava ainda mais os membros da Assembleia." -----*

Dirigindo-se ao senhor João Manso, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----

"Não vou discutir a sua justificação. Mas se o grupo municipal do PS tem essa preocupação porque é que não a escreve?" -----

Seguiu-se o senhor **Germano Fernandes**: -----

"Esta proposta resume-se à transmissão das sessões da Assembleia Municipal do Sabugal em direto. As sessões da Assembleia Municipal do Sabugal passarão a ser transmitidas em direto. Ora, falta sustentabilidade à execução desta proposta, importando saber o modo como se vai executar, quando e de que forma. A proposta não tem, repito, sustentabilidade para a sua execução, pelo que vou votar contra." -----

De seguida tomou a palavra o senhor **José Escada** para apresentar a sua proposta: -----

"Devo dizer que vários municípios estão hoje a optar por esta forma de transparência, que é de facto extremamente virtuosa, como disse o João Manuel Manso dias, a sua concretização é de fácil concretização. Aliás, a sessão tomada de posse foi transmitida online sem qualquer problema. Por outro lado, é uma proposta que é coerente com vários valores que a política municipal de governação tem vindo a manifestar, nomeadamente, a ligação à diáspora, Sabugal Primus, etc.. portanto há aqui um ótimo elemento de ligação a essas comunidades que podem desse modo seguir e acompanhar a vida do concelho do Sabugal. Por último, pedia ao senhor Presidente para fazer uma reflexão sobre a intervenção que fez, foi uma intervenção nitidamente parcial, para tentar induzir uma posição. É lamentável que o senhor Presidente continue a atuar desse modo."

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que enquanto Presidente tem de conduzir as sessões. No entanto, na qualidade de eleito, pode (e deve) ter opinião sobre os assuntos, até porque vota como qualquer outro membro. *"Não me vai proibir de ter opinião sobre os assuntos. Essa sua intervenção totalmente desconsiderante e que não lhe vou aceitar mais nenhuma vez, sob pena de interromper a Assembleia. Isso é que eu considero uma ofensa à honra do Presidente, que é a sua reiterada insistência em querer impedir o Presidente de se pronunciar sobre os assuntos. O Presidente é eleito como o senhor José Escada, toma posse como o senhor*

José Escada, depois é eleito como Presidente. Portanto, é um membro de pleno direito. Peço-lhe encarecidamente que não insista nesse argumento atentatório da dignidade do Presidente eleito Manuel Meirinho". -----

Findas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta apresentada pelo Sr. ° José Escada à votação. Colocada a proposta à votação a **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, com 17 votos a favor e 43 votos contra, **rejeitar a proposta de transmissão das sessões da Assembleia Municipal em direto.** -----

c) Constituição da Comissão Permanente da Assembleia Municipal do Sabugal -----
"Considerando que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a constituição de Comissões. Considerando que o Regimento em vigor permite a qualquer membro da Assembleia tomar a iniciativa de constituição de uma Comissão. O Deputado Municipal José Alves Escada da Costa propõe que, nos termos regimentais, seja constituída a Comissão Permanente." -----

Após a leitura do requerimento, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----
"Fico triste, porque no quadro da articulação institucional da Assembleia, quando os membros da Assembleia, concretamente o senhor José Escada, avançam com propostas sem articularem rigorosamente nada com o Presidente. Não me parece correto, porque podia haver propostas que quando chegavam à Assembleia tinham o mínimo de articulação institucional. Assim, vamos com duas horas e vinte e seis de Assembleia e não conseguimos avançar e deliberar em proveito daquilo que queriam transmitir em direto. Peço ao senhor José Escada para ler o regimento e o seu artigo 52.º, a Comissão Permanente já está criada, é uma criação automática, não depende de ninguém a propor. Diz que a constituição da Comissão Permanente é constituída pela mesa e os representantes dos grupos municipais, ora, a mesa está eleita e os representantes dos grupos municipais também estão constituídos. Esta Comissão já existe e é uma criação automática, e está formalizada pelo próprio Presidente a partir do momento em que é eleita a mesa e os grupos municipais me indicam os representantes, não é necessário ninguém propor aquilo que decorre diretamente do que já existe no regimento. -----

No dia em que o senhor José Escada tomou posse e leu em nome da bancada do CDS como representante, e os outros representantes dos grupos municipais, a Comissão foi criada por decorrência automática do regimento.” -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra: -----

Senhor **João Manso** que referiu que no dia anterior, em reunião, fora decidida a abstenção do grupo municipal do Partido Socialista. Disse ainda estar de acordo com o que o senhor Presidente acabara de referir. -----

Senhor **Jorge Dias** afirmou não fazer sentido a votação quando a Comissão já existe. -----

Senhor **Germano Fernandes** disse estar a gastar-se tempo com uma proposta que não tem razão de ser, pois o artigo diz que “a Comissão permanente é constituída”, não diz “deverá ser constituída”. -----

Senhor **João Manata** afirmou partilhar da mesma opinião que o senhor Germano Fernandes. ---

Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Fóios**, Jacques Henriques, disse que sendo uma Comissão que já existe, não há necessidade de ser votada. “*Vou começar o meu mandato e sinto-me muito triste, porque se é para irmos para as reuniões é para irmos devidamente preparados. Isto parece mais uma feira que uma reunião. Entristece-me esta situação, temos de ser mais objetivos nos temas, andamos a divagar nos assuntos.*” -----

Não havendo mais intervenções, passou a palavra ao senhor **José Escada**, como proponente do requerimento: -----

“*Tenho de concordar que, de facto, o artigo respetivo diz que a Comissão está constituída. Talvez tenha reformulado mal a minha proposta. O que é um facto é que, sendo uma Comissão automática, nunca funcionou, portanto, a Comissão Permanente de acordo com o n.º 3 do artigo 52.º diz que reunirá pelo menos uma vez entre as sessões da Assembleia Municipal, e se isso*

*acontecesse, muito provavelmente estas reuniões seriam mais eficazes, porque as propostas já vinham preparadas e elaboradas pelos vários grupos parlamentares, mas para isso alguém tem de tomar a iniciativa de convocar a comissão permanente da Assembleia Municipal, e não é o José Escada que é minoritário, que representa o CDS, que o vai fazer. Isso compete à mesa da Assembleia municipal, convocar a comissão permanente. -----
Portanto, se me permite, reformulo a minha proposta e digo para a comissão permanente começar a funcionar nos termos regimentais." -----*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer ao senhor José Escada que *"Fez uma proposta sem sequer se dar à preocupação de ler o regimento. Faz perder a Assembleia tempo com uma proposta que não tem qualquer enquadramento regimental. Depois, quando é confrontado perante a assembleia, diz que o problema está na mesa que não convoca a comissão permanente." -----*

Perante esta situação, o senhor Presidente da Assembleia rejeitou a proposta apresentada pelo Sr. ° José Escada. Pelo Sr. ° Presidente da Assembleia foi rejeitada a proposta tendo em conta que a Comissão não carecia de constituição uma vez que a mesma já existia ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 52.º do Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal. -----

d) Revisão do Regimento da Assembleia Municipal pela Comissão Permanente -----
"Considerando que o atual Regimento da Assembleia Municipal do Sabugal se encontra desatualizado e não responde à mais recentes boas práticas em termos de transparência, de comunicação e de informação, a Assembleia Municipal encarrega a Comissão Permanente para apresentar à próxima sessão da Assembleia Municipal uma proposta de alteração do Regimento."

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou os presentes sobre quem pretendia intervir. ----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Germano Fernandes**: -----
"Não consigo entender como é que, o eleito senhor José Escada faz propostas para, de alguma forma, levar a que a Assembleia faça aquilo que ele não faz. Se o regulamento está desatualizado, o melhor seria que ele apresentasse uma proposta de atualização para debate, pela Assembleia

ou pela Comissão Permanente, e aí, bater-lhe-íamos palmas pelo trabalho desenvolvido. Aquilo que o senhor José Escada faz é apresentar uma proposta, para que se faça isto, e mais isto. Tudo espremido dá zero. Permite-me recomendar ao senhor José Escada que na próxima Assembleia Municipal, e com antecedência, nos faça chegar o documento escrito, com as propostas de alteração que entende ser necessárias, justas, corretas e coerentes ao melhor funcionamento da Assembleia Municipal, para atualização do respetivo regimento." -----

De seguida, passou a palavra ao senhor **José Escada**: -----

"Vamo-nos colocar no papel do aluno de ciências políticas pretende fazer um trabalho comparativo sobre o funcionamento das Assembleias Municipais do país, entra na página da Câmara do Sabugal, e transcreve o que encontra. Apresenta o trabalho e o professor avalia e diz 'errado, o número de deputados não é esse, o funcionamento da Comissão Permanente não tem atas, nunca funcionou, etc.' -----

O senhor Presidente disse em Assembleia anterior, e li em ata, que é favorável não a uma alteração, mas a uma adequação do regimento. Para mim, alteração ou adequação é apenas semântica. Disse ainda que essa tarefa foi atribuída aos grupos municipais. Relembro o senhor Presidente que, se podemos invocar o regimento ultrapassado, gastado, obsoleto, então eu direi que nos termos do n.º 1, alínea a), do artigo 57.º, compete à mesa da assembleia elaborar o projeto de regimento ou propor um grupo de trabalho para o efeito. -----

Portanto, senhor Presidente, se temos o regimento que temos, isso é da sua inteira responsabilidade, e eu terei todo o gosto que, no âmbito da Comissão Permanente ou de outro grupo de trabalho qualquer, em dar o meu apoio para a alteração do regimento." -----

Antes de colocar a proposta à votação, o senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que "o regimento é a peça menor do funcionamento e organização da Assembleia Municipal do Sabugal. A Assembleia Municipal do Sabugal tem um regimento maior, que é a lei, com destaque para a Lei.º 75/2013. O regimento que o senhor José Escada fala é uma peça que pouco conta, porque traz muito pouco de diferente daquilo que é a lei. Portanto, não venha com essa

história que o nosso regimento está desatualizado a ponto de haver urgência numa revisão estrutural com esta veemência que o senhor José Escada diz. Eu discordo que o nosso regimento esteja desatualizado, se está desatualizado é preciso dizer onde está desatualizado. Isso é que o senhor José Escada não diz aos membros da Assembleia. O que está desatualizado é a ausência de o ler. O nosso regimento não está desatualizado ao ponto do que refere o Sr. José Escada. Precisa de adaptações, isso sim. -----

Senhor José Escada, não aceitarei nunca uma imposição de um membro da Assembleia para se rever o regimento desta maneira 'Compete ao Presidente da Mesa convocar', não me vai pôr a trabalhar para si. Aí subscrevo perfeitamente o que o senhor Germano Fernandes disse, se o senhor José escada, como membro desta Assembleia Municipal tem tanta urgência numa revisão regimental, tal como agora apresentou 7 propostas, faça o favor de apresentar à Assembleia uma proposta de revisão do regimento, porque nos termos em que formula, nunca farei uma reunião para esse efeito, não é assim que se trabalha em articulação constitucional. -----

Esta forma de chegar um iluminado à Assembleia Municipal do Sabugal e depois pôr todos os outros a trabalhar para essa iluminação, comigo não conta. -----

Fico triste por estarmos a discutir pela enésima vez que tudo está mal, e agora os outros que resolvam, sem haver nenhum contributo positivo de quem é o proponente, porque em regra, nas assembleias representativas dos cidadãos como esta, quem tem tanto interesse em defender os cidadãos não é assim que os defende. Se tem uma proposta, apresente-a à Assembleia e ficarei muito satisfeito. Direi à Assembleia que não vou convocar uma Comissão Permanente para uma matéria desta natureza porque não acho urgente, tendo tantas matérias relevantes como a do lítio, água, e vamos com 2 horas e 44 a discutir um conjunto de situações laterais à substância dos interesses do concelho. Para quem deseja tanta transparência para os municípios, gostava que tivessem 16 mil sabugalenses a assistir à assembleia, para verem como perdemos três horas com 7 sete propostas do senhor José Escada, 3 ou 4 sem nenhuma fundamentação." -----

Findas as intervenções, e colocada a proposta do senhor José Escada à votação a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 1 votos a favor, 14 abstenções e 45 votos contra, **rejeitar a proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal pela Comissão Permanente.**

e) Reformulação do Orçamento da Assembleia Municipal -----

“Considerando que, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro a Assembleia Municipal deve dispor de: -----

- *Um núcleo de apoio próprio composto por trabalhadores do Município, a afetar pela Câmara; -----*
- *Instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a afetar pela Câmara. -----*

O deputado José Alves Escada da Costa propõe que esta Assembleia solicite à Câmara a reformulação do Orçamento da Assembleia Municipal por forma a: -----

- Afetar funcionários: -----*
- Afetar instalações e equipamento; -----*
- Permitir o funcionamento da Comissão Permanente; -----*
- Disponibilizar site (alojamento) da Assembleia Municipal.” -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Jorge Dias**: -----

“Acho que não faz sentido as propostas do senhor José Escada, uma vez que são propostas em que ele se está a autoelogiar, e ter assunto para ir conversando. A Assembleia tem funcionários que fazem o serviço administrativo, não vejo razão por que vêm estas propostas do nada, sem se justificar o porquê da necessidade. É fora do contexto, não faz ideia, e estamos a perder duas horas e meia para alimentar um ego.” -----

Senhor **João Manata**: -----

“É lógico que tenham de ser postas à votação as propostas, agora é pena que nesta Assembleia nunca aconteceu isto, que em vez de se discutir o que interessa ao povo do concelho, vem-se

discutir o que nada interessa, e dá-se ao único representante do partido minoritário desta Assembleia, 80% do tempo de antena." -----

Senhor **Germano Fernandes**: -----

"Mais uma proposta, permito-me dizer, quase 'música celestial' para os ouvidos. O que está aqui e consta da proposta é zero. Estão aqui os funcionários do município necessários ao bom funcionamento da Assembleia. -----

'Afetar instalações e equipamentos'?, que instalações faltaram para a Assembleia Municipal realizar as suas sessões com dignidade e os seus trabalhos com calma e serenidade? Nenhuma; nenhuns. -----

'Permitir o funcionamento da Comissão Permanente', quando a Comissão Permanente quiser ou entender reunir, o Município, por certo, disponibilizará espaço e equipamento. -----

'Disponibilizar equipamento para a assembleia municipal', basta consultar, está lá tudo. -----

Em suma, esta proposta é um vazio que não é mais do que fazer-nos perder tempo, e como eu dizia, o deputado municipal do CDS, é assim que gosta que o tratem, cresce em intervenção, enquanto o CDS desce. É uma contradição, é música social para os ouvidos. -----

Vamos terminar com esta sinfonia irritante e prejudicial à Assembleia Municipal e à boa imagem de todos nós. Não devemos permitir este tipo de situações. -----

Vou votar contra esta proposta, mas entendo que deve ser rejeitada liminarmente." -----

Senhor **Francisco Carvalho**: -----

"Quero apenas começar por dizer que vamos com 3h de Assembleia e ainda não iniciámos a discussão da Ordem de Trabalhos, isto não tem o mínimo dos cabimentos. Por isso, já nem vou comentar esta proposta em específico, a única coisa que colocava à consideração, e não sei se o regimento o permite ou não, gostava de apresentar uma moção nesse sentido, se fosse possível, para ser ainda hoje votada de haver um número limite de propostas, moções e intervenções que são apresentada por um deputado, porque é maior e mais extenso o número de propostas que

estamos hoje a debater do senhor José Escada, do que a própria ordem de trabalhos. Por uma questão da proficuidade do trabalho e valorização do tempo de cada um de nós que aqui está, e para discutirmos aquilo que verdadeiramente interessa aos munícipes, gostaria que tal fosse pensado, e, se possível, colocado à votação e posteriormente à prática.” -----

Por último, o senhor **José Escada**, como proponente, tomou a palavra para dizer: -----

“O Presidente deve estar deliciado com esta Assembleia. -----

A lei é a lei, e o espírito da lei é claro. Há dois órgãos fundamentais, há o órgão deliberativo e o órgão executivo. E o espírito da lei estabelece uma chinese wall, uma separação entre os dois órgãos. E uma separação que vai, como diz a lei, atuar sobre essas componentes, funcionários afetos exclusivamente à Assembleia, em termos de instalações onde os membros da assembleia municipal se podem reunir e ouvir os munícipes, e um site onde seja possível consultar moções, requerimentos, etc., com relativa facilidade. Isto que eu proponho é organização, é planeamento, é dignificação da Assembleia, porque isto é um órgão que deve ser dignificado ao máximo, e quanto mais investirmos em organização e planeamento, melhor as sessões funcionam. Se a Comissão Permanente funcionar melhor as sessões funcionam melhor, e há um melhoramento do funcionamento, e é isso que estou a propor. Vocês estão-se a insurgir contra o cumprimento da lei, contra uma dignificação da assembleia. -----

Mas eu atuo de acordo com a minha consciência de representar bem os eleitos.” -----

Após a sua intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que a proposta apresentada não vai ser colocada à votação porque:

“1.- A matéria que apresenta que é sobre a reformulação do orçamento da Assembleia Municipal, é uma matéria da exclusiva competência do Presidente da Assembleia, de acordo com o n.º 2 do artigo 30.º da lei, bem como o nosso regimento.” -----

Disse ainda que, no futuro, rejeitará todas as propostas que confrontem a lei ou o regimento, referindo ainda que o que o senhor José Escada propõe já existe, “mas se quisesse ter um contributo positivo à Assembleia, e para aquilo que tanto defende, apresentaria sugestões. Não

me diga que a assembleia não tem funcionários? Acho muito triste esta proposta, porque desconsidera os funcionários que ao longo dos anos se dedicam a todos nós. Instalações e equipamentos é o que mais há, nunca pediu se calhar nenhuma sala, senão logo lha davam. O funcionamento da Comissão Permanente também é com o Presidente da Assembleia, portanto, não esteja a propor quando não é da sua competência. Em relação ao site, está lá, e se tivesse algum interesse propunha a melhoria. -----

Em suma, a sua proposta, por violar uma competência do senhor Presidente não pode ser admitida para votação.” -----

O senhor **Francisco Carvalho** solicitou a palavra para dizer que “*não deixa de ser curioso que quem tanto autoproclama a dignificação desta assembleia, é também quem no final das mesmas faz mais de 20 publicações numa página de Facebook, colocando esta assembleia em questão, e a dignidade do senhor Presidente.*” -----

f) Inscrição orçamental do Edifício de Expo- Sabugal (da ex- DACHE - Confeções, Lda.) -----

O senhor Presidente da Assembleia referiu que visto que o requerimento fora remetido ao senhor Presidente da Câmara, responderá ao requerimento. -----

Antes de dar por terminado o período Antes da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Assembleia**, dirigindo-se aos presentes, disse: -----

“Numa outra circunstância, e só por quem já passou oito anos e viu muita coisa nesta assembleia, e já viu o que é que isto dá. Noutra ocasião esta assembleia tinha sido suspensa. Sinto-me desconfortável por ter de conduzir uma assembleia nestes termos. O Presidente usará a lei, o regimento e as suas forças para não permitir que isto se repita.” -----

Findo o período Antes da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 01 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E REDES EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DA CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“É um assunto da competência da Assembleia Municipal, de 3 em 3 anos há a abertura de um concurso internacional para fornecimento de energia. Como já referi, a energia tem sofrido um acréscimo significativo, o concurso ficou deserto e tivemos de abrir novamente o concurso porque concorreu uma empresa (Endesa) acima do preço base. Portanto, o preço base foi ajustado, e é pedir à Assembleia Municipal a aprovação da repartição de encargos deste novo concurso.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: -----

Face à informação registada sob o n.º 14552, datada de 19-11-2021, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 1 voto contra do Sr. José Escada da Costa, **ratificar a repartição de encargos do fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Redes em Iluminação Pública (IP) da Câmara Municipal do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 02 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“O auditor externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, entre os Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com o n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 2, 2007 de 15 de janeiro. -----

Aquilo que se propõe é que a assembleia aprove a proposta da Câmara Municipal que é Marques de Almeida J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A..” -----

Disse ainda que atualmente é essa entidade que presta o serviço, e quem ganhou o concurso numa consulta prévia a três entidades. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

Face à informação registada sob o n.º 16026, datada de 21-12-2021, referente à **contratação de Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa**, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 2 abstenções do Sr. José Escada da Costa e Sr.ª Maria da Purificação Rodrigues Nabais, **aprovar a proposta da Câmara Municipal de adjudicar o serviço a Marques de Almeida J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A.**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 03 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022 E A NORMA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2022 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Os documentos previsionais: Orçamento para 2022 e Norma de Execução do Orçamento para 2022, têm como base, o Sistema Nacional de Contabilidade para as Administrações Públicas, e respeita todas as regras do equilíbrio Orçamental. -----

Orçamento elaborado num contexto de crise Pandémica, que provocou paralelamente uma crise económica, crise energética e recentemente uma crise Política. -----

O orçamento é elaborado num contexto de crise pandémica, que provocou paralelamente uma crise económica, crise energética, e recentemente uma crise política, que fez com que a nível de matérias-primas o preço tenha subido, e conseqüentemente o aumento da despesa, conjugado com o final do Quadro Comunitário 2020 e a entrada do PRR e do programa 2030, que vem substituir o 2020. Nestas transições há sempre uma incerteza, que podem levar a uma alteração ao orçamento. -----

Reflete também as transferências de competência da educação, segurança social e recentemente negociámos a transferência de competências para as Juntas Freguesia, que durante o ano 2022 pode vir a acontecer e refletir-se no orçamento. -----

A previsão das receitas para o próximo ano é de 25.038.582,00 euros e das despesas de 25.038.582,00,00 euros. A receita corrente deverá atingir um total de 18.972.406,00,00 euros que suporta a despesa corrente e as amortizações médias e ainda parte da despesa de capital. Prevê-se ainda que sejam arrecadados 6.006.176,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 7.229.724,00 euros. A principal fonte de receita, é proveniente das transferências do Orçamento de Estado, parques eólicos e fundos comunitários. -----

Em 2022 prevê-se que a receita tenha uma diminuição de 45.254,00€ relativamente à previsão de 2021. Verificou-se o aumento de 1.149.187,00 € de receitas correntes, e a diminuição de 1.19.431,00 € de receita de capital, considerando a previsão das transferências do Estado e o desconhecimento do próximo quadro comunitário de apoio. -----

Tendo em conta o orçamento de estado que estava previsto e não está aprovado tem um corte de receita, em termos de corrente e de capital, um total de 1 milhão e 200 mil euros, que se vai refletir negativamente neste orçamento. -----

Em termos relativos a receita corrente representa 74,44% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 25,56%. -----

A despesa do município em 2022 deverá ser de 25.038.582 euros, sendo 17.808.858,00 euros relativos a despesa corrente e 7.229.724,00 euros a despesa de capital, verificando-se uma diminuição de 45.240,00 euros em relação ao previsto para 2021. Muito relevante as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e obras em curso ou a concurso. -----

No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 69,88%, enquanto a despesa de capital representa 30,12% da despesa total." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. -----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Jorge Dias**: -----

"Votamos a favor deste orçamento por várias razões: -----

Em primeiro lugar, porque este orçamento decorre do programa eleitoral do PSD nas últimas eleições autárquicas, do 'Compromisso com o Sabugal e as suas Gentes', tendo sido sufragado pela maioria dos eleitores; -----

Depois, porque este orçamento respeita obras, intenções e projetos já assumidos anteriormente e com os quais este orçamento se compromete; -----

Por outro lado, é um orçamento que nós consideramos poder garantir o bem estar das populações, a melhoria das condições e da qualidade de vida, a fixação e atração de população, e que dá particular atenção às condições de vida dos mais desfavorecidos através da ação social. -----

É um orçamento realista e que resulta do compromisso entre o que se quer fazer, a visão estratégica do executivo e o que se pode fazer com os recursos disponíveis e os financiamentos possíveis." -----

Seguiu-se o senhor **José Pires Manso** que, após saudar com votos de boas festas os presentes disse: -----

"Em relação ao orçamento a nossa convicção é que se trata de um orçamento de continuidade, as receitas e as despesas correntes de capital são mais ou menos fixas, rígidas, não havendo

grande lugar à criatividade. No quadro que relaciona os valores do ano passado e deste, apresentam alguns desvios significativos, e penso que não vimos as explicações respetivas ou não foram entendidas. Também queremos realçar rubricas residuais 'outro' ou 'outras', que como residuais não deveriam ter grandes valores, portanto, deve-se evitar, e há casos em que esta rubrica residual é superior às anteriores. -----

Registam-se também aumentos das despesas com pessoal, mais 1,8 milhões em 5 anos e também das prestações de serviços. -----

Fica-se com a ideia que alguns projetos emblemáticos vão ficar pelo caminho, eventualmente o centro náutico, a piscina fluvial, entre outros. -----

Fica também a ideia que se gasta bastante e que o investimento é relativamente reduzido. -----

Notam-se também alguns cortes e algumas reduções de capital. -----

Nos combustíveis há uma rubrica 'outros', com um valor muito elevado, suponho que tenha a ver com o gás das piscinas e do Cró, porque comparado com a gasolina e o gasóleo apresenta valores elevados. -----

É referida uma renda proveniente das Águas Zêzere e Côa, que penso que sei a que se refere, porque foi o Presidente do Concelho Fiscal durante algum tempo, que nos parece difícil de concretizar, gostaríamos de saber como está esse litígio entre a Câmara Municipal do Sabugal e as ex-Águas Zêzere e Côa. -----

O Estado transfere nas transferências para a educação e ação social, aproximadamente 800 mil euros, mas no orçamento da Câmara regista-se 1.2 milhões de euros, se puder haver uma explicação para este desfasamento agradeceríamos. -----

Naturalmente, o último comentário são as opções políticas tomadas são legítimas em termos democráticos, mas é evidente que nós faríamos diferente, apostando mais em investimentos estruturais que o concelho tanto precisa, para atrair empresas, criar empregos e fixar a população."

Por último, o senhor **José Escada**: -----

"Senhor Presidente da Câmara, eu vou fazer os comentários para o bem do Sabugal e no sentido de ajudar, porque tudo aquilo que faço é no sentido positivo. -----

Queria felicitar, em primeiro lugar, os serviços pelo excelente trabalho e pela forma como inteligentemente incorporaram os condicionalismos e as incertezas na área da saúde pública ligados à evolução da pandemia. -----

Gostaria de fazer algumas recomendações, já fiz dois requerimentos relacionados com o orçamento ao senhor Presidente da Assembleia porque, segundo a leitura que fiz, é a ele que devo dirigir o requerimento. -----

Relativamente à chamada de atenção é o seguinte, os documentos foram elaborados tendo em conta os objetivos estratégicos para o ano de 2022, que foram estes objetivos aprovados em Reunião de Câmara no dia 22 de dezembro, ou seja, precisamente no dia em que o orçamento foi votado. -----

Aprovar um objetivo estratégico que vão fundamentar a elaboração do orçamento no dia em que o orçamento está apresentado não me parece muito coreal. -----

Uma outra recomendação que gostaria de fazer ao senhor Presidente, se me permite, é que urge rever o plano estratégico 2025, que é também a base do orçamento, porque mudou muito nos últimos anos, devido às alterações climáticas, transição digital, eficiência energética, economia circular, e atualizá-lo era uma mais-valia para o Sabugal. -----

Uma outra questão é que no preambulo do documento diz que pretende reestruturar o mapa do pessoal do Município adequando aos novos desafios e competências. Acontece que, quando lemos o Orçamento, não vemos uma verba segregada ou uma identificação clara relativa às requalificações, capacitação, formação de pessoal, e eu acho que o orçamento deve traduzir também essas grandes opções, que me parece uma grande opção que o senhor Presidente quer ter em relação ao pessoal. -----

Há uma outra que também aparece, que é promover a participação informada, ativa e construtiva dos munícipes nos processos de coordenação, mas depois no orçamento não parece que isso esteja devidamente contemplado. -----

Depois gostaria de focar 4 omissões do orçamento, ou que deviam estar devidamente identificadas, o orçamento deveria ter uma linha de ação relativa ao PRR, ações para a mobilidade e para a transição digital. Depois há aspetos que deveriam ser focados que estão na linha de ação, economia circular, economia verde, etc.. -----

Se me permite, sendo eu especialista da área da energia, temos receitas de 2 milhões de euros e consumos de 2 milhões de euros, portanto, as receitas provêm essencialmente das eólicas e da construção das redes de distribuição, estes 2 milhões são cash-flow garantido extremamente importante, e somado à capacidade de endividamento do concelho permitem fazer obras extraordinárias, que ao ser reduzida, irão reduzir enormemente a fatura dos 2 milhões de euros. Imaginem o que é pegar neste potencial e pô-lo à disposição do concelho em termos de obra, porque, o concelho tem, além desta capacidade financeira, que é louvável, temos 5 edições da Enertech que trouxeram conhecimento e fornecedores para o concelho. Portanto, já temos aqui um caldo de cultura tecnológico para a redução da fatura energética, estes 2 milhões podem ser reduzidos a 40%, com investimentos facilmente realizáveis, e há capacidades para isso, temos de conseguir condições para colocar o Sabugal como referência no municipalismo em termos de transição energética, e é esse desafio que eu faço ao senhor Presidente. -----

Ambição, com esse cash-flow e com este enquadramento favorável, estabelecer uma meta de 30% de autoconsumo, na base dos recursos endógenos, e vai ver que esta fatura de 2 milhões vem cá para baixo.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para fazer uma correção pública ao senhor José Escada, que disse ter enviado dois requerimentos ao Presidente da Assembleia, “e eu referi que nesta assembleia foram admitidas e serão enviadas ao senhor Presidente da Câmara. Na verdade, não é verdade, porque os requerimentos que enviou ao senhor Presidente da Assembleia, enviou ao Presidente e a mais 60 e tal pessoas, incluindo o Presidente da Câmara, portanto, o Presidente da Câmara já está informado.” -----

De seguida, foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder. -----

Em resposta ao senhor José Pires Manso, o senhor Presidente da Câmara referiu que as oscilações de verbas para 2021 e 2022 se devem à quebra de receita, "o Orçamento de Estado que ainda não está aprovado prevê uma quebra de receita corrente e capital na ordem 1 milhão e 200 mil euros. No município, com os poucos recursos em termos de receita, faz uma diferença tremenda, sendo necessário fazer reajustes, e as diferenças que temos aqui, sobretudo na receita de capital, 283 mil euros menos em 2021 e 464 mil euros em 2022 tem a ver com essa perda de receita. Há outros valores que aumentaram, relativamente a outras taxas, rendimentos de propriedades, transferência de bens correntes, mas, o valor mais significativo tem a ver com a questão da perda de receita por parte do município das transferências do Orçamento de Estado.

Sobre as despesas com o pessoal, estes anos tem vindo a aumentar e tem um peso significativo no orçamento, mais especificamente com a afetação dos funcionários da Sabugal +, cerca de 30 funcionários, e com o facto dos funcionários de serviços externos terem uma idade muito avançada, levando à reforma, e tem havido também muitas saídas de técnicos superiores para outros municípios, que tem originado a contratação de mais recursos humanos." -----

Relativamente à transferência de competências na educação, irá aumentar o número de funcionários e consequentemente a despesa. "Sobre este assunto, em termos de receita o Estado vai transferir 800 mil euros, e vamos ter de despesa 1 milhão e 200 mil euros. Por força da lei temos de aceitar as transferências de competências, mas o envelope financeiro é claramente deficitário." -----

Referiu ainda que no dia 7 haverá uma reunião com a diretora-geral da DGEST, em que se irá reivindicar a revisão da situação, de forma a justar o valor do pacote financeiro, uma vez que irão receber a transferência de competências da educação em défice. -----

Sobre os combustíveis disse que o valor referenciado se deve à subida abismal do seu preço por litro. -----

Em relação à receita da antiga Águas do Zêzere e Côa, o valor tem de estar previsto porque o Município está em litígio com a empresa em causa há cerca de 6 ou 7 anos, "está no tribunal arbitral e estamos a aguardar o desfecho disto. A verba inscrita é a verba que prevemos das rendas dos nossos equipamentos que a empresa ALVT está a pagar." -----

Sobre a rúbrica "outros", o senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra à técnica superior de gestão e administração pública, **Conceição Ruas**, para tecer alguns esclarecimentos: -----

"Tem a ver com o classificador, quando temos possibilidade de desdobrar desdobramos, quando não temos essa possibilidade, acontecem essas situações. Uma das rúbricas que aparece com muito dinheiro são os serviços especializados – outros, em que engloba muita coisa, mas temos de respeitar o classificador. Se verificarem e compararem o Orçamento com a Grandes Opções do Plano, verificam que à frente de cada projeto - 'ação do plano', há uma classificação económica, e boa parte destas verbas 'outros' estão discriminados nas Grandes Opções do Plano, já com o objetivo de dar alguma especificação. -----"

Quando disse que parte da despesa está nos 'outros' são valores de Plano e Orçamento, boa parte dela está nas Grandes Opções do Plano, como os bens 'outros' tem um valor total de 577.299,00 €, dos quais 487.299,00 € estão em plano, só ficam 80 mil em orçamento. Os serviços especializados têm 1.226.490,00€, dos quais 886.490,00 € estão em plano. Os serviços 'outros' no geral estão previstos em orçamento 564.969,00 €, dos quais 444.969,00 € estão em plano." --

Acerca das questões do senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse concordar com a revisão do Plano Estratégico, *"no ano que vem temos de criar condições para o fazer, até porque o paradigma mudou claramente, vamos ter o Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, as alterações climáticas como referiu, e uma série de programas transversais e é necessário claramente revê-lo, mas é um programa que verte muito a estratégia relativamente aos últimos orçamentos. -----"*

Disse que não viu neste Orçamento a questão do PRR, transição digital e outro tipo de programas, mas neste momento conhecemos muito pouco do PRR, abriram vários avisos na semana passada, sobre a mobilidade e acessibilidade, que nós prevemos fazer algumas candidaturas, e ainda se desconhece muito do que é o PRR e dos programas do pacto da CIM, e outras estruturas com quem o Município está alinhado neste tipo de candidaturas." -----

Sobre a questão energética disse concordar e *"é um tema que está constantemente em cima da mesa, é preocupante para o município, são custos elevados, e estamos a trabalhar com algumas empresas presentes na Enertech, no sentido de fazer um levantamento exaustivo,*

nomeadamente, no que diz respeito ao Balneário do Cró, para sectionar o Balneário e arranjar fontes alternativas de energia de forma que os consumos energéticos baixem, e consigamos concessionar a gestão do equipamento.” -----

Para terminar, ainda sobre o tema, o senhor **Presidente da Câmara** disse que apesar do Orçamento do Município e das Grandes Opções do Plano, pontos 3 e 4 serem discutidos e votados separadamente, estão interligados. -----

Não havendo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -
A Assembleia Municipal, **deliberou** por maioria, com 40 votos a favor e 18 abstenções, **aprovar o Orçamento do Município para 2022 e a Norma de Execução do Orçamento 2022.** -----

PONTO 04 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2027 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“No relatório do orçamento e GOPs., capítulo II Objetivos estratégicos: define os objetivos estratégicos assentes na missão e visão e desafios a enfrentar, assim como o programa eleitoral sufragado pela maioria dos eleitores nas últimas eleições autárquicas, “Compromisso com o Sabugal e as suas Gentes”, -----

GOPs, assentam nos objetivos que decorre da missão e visão definida, do Plano Estratégico Sabugal 2025 e da sua interceção com as oportunidades de financiamento resultantes do final do Quadro Portugal 2020, do arranque do novo Quadro de Financiamento Comunitário 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência, do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – PE@CIMBSE 2030, do Plano de Recuperação Transfronteiriço, das Redes Colaborativas Técnicas que o Município participa, nomeadamente, PróRaia, das estratégias PROVERE da Associação das Aldeias Históricas de Portugal, da Associação das Termas de Portugal, do iNature (Áreas Protegidas), da Associação de Municípios da Cova da Beira

(Ordenamento, Ambiente, Energia e Proteção Civil), do INTERREG, da Comunidade de Trabalho BINSAL, da Rede de Judiarias de Portugal, da Associação Territórios do Côa, do CETS (Carta Europeia do Turismo Sustentável com os Municípios de Almeida e Penamacor, ICNF e Turismo de Portugal). -----

Salientamos o impulso positivo que decorre da oportunidade das candidaturas às linhas abertas do Turismo de Portugal, às Redes Wi-Fi, Turismo Acessível, Turismo Sustentável e Programas de Valorização. -----

São estes os instrumentos e as plataformas que nos permitem aceder ao Plano 2030 e ao PRR. -

Como já é habitual contaremos sempre com o saldo de gerência do ano anterior (2021), que rondará os 2.200.000,00 €, para reforçar ações e projetos insuficiente dotados no Orçamento Inicial, -----

O documento reflete muitos projetos do anterior mandato, de continuidade, projetos estruturantes que só agora tiveram financiamento ou aprovação de projeto: -----

- Requalificação Urbana da entrada Sul Sabugal: Obra adjudicada 1.152.000,00€ - Empréstimo. -----
- Requalificação da Praça da República L. S. Tiago – PARU: 530.000€ - Financiada 85%. Está em fase de concurso, e foi um prémio que a CCDR nos atribuiu pela boa execução do PARU e de outros projetos. -----
- Infraestruturas da Barragem Sabugal (Recreio lazer-Estação I) – 530,000€ Fase de abertura de concurso – Empréstimo. -----
- Casa do Empreendedor – Smart Work Center – 1.362.000€ - Fase de concurso com financiamento de 85%. -----
- Circular Mobilidade Suave inclusiva: 1.643.000€ - Fase de concurso, financiada a 50%. --
- Praia Fluvial 2ª Fase: 773.000€ - Está em fase de concurso - Empréstimo. -----

Total das obras perfazem cerca de 6.000.000€, e vão arrancar no primeiro trimestre de 2022, uma vez que todas têm dotação orçamental, devidamente cabimentadas e compromissadas.

A crise sanitária, económica e social resultante da pandemia COVID-19, exige maior atenção na proteção das famílias, na saúde, na educação, no apoio social e na economia local. -----

Implementámos para esse efeito o Fundo de Emergência Covid19, aprovado por mais três meses (1.º trimestre de 2022), visando apoiar as famílias, empresas, IPSS's, agropecuária e associações. Se necessário teremos condições financeiras para as reforçar novamente. -----

Apostar no desenvolvimento económico com a implementação de sistemas e regulamentos criadores de um ambiente favorável ao investimento - RAIEIM/ Sabugal Invest). -----

Implementar medidas de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Castelos, percursos pedonais e Edifícios Municipais (Continuar com a ESE e Pacto Territorial CIM Beiras e Serra da Estrela). É importante que continuemos a baixar a nossa fatura energética, é essa a nossa intenção, o PRR é muito vocacionado para estas áreas, e nesse aspeto temos vários projetos a decorrer, não só em edifícios municipais, mas também na rede pública. -----

Promover grandes reparações e manutenção da rede viária municipal, uma vez que temos as nossas estradas a precisar de algumas reparações de pavimentação e melhoramento, estando já algumas em Plano e Orçamento, não sendo, contudo, uma intervenção que se consiga fazer num ano, mas sim num mandato porque é um investimento elevadíssimo e neste momento não há candidaturas para este tipo de intervenções, sendo apenas possível através da utilização de fundos do Município. -----

- Corrigir situações pontuais em termos de higiene pública e abastecimento, nomeadamente redes de água, saneamento e cemitérios. Nesta questão há no PT2030, um novo programa do ciclo da água, onde é possível financiar fechos de malha, nomeadamente de abastecimento de água e saneamento. Estamos neste momento a fazer o levantamento para iniciar os projetos para fechos de malhas de alguns aglomerados, que ainda temos sem este tipo de infraestruturas. -----

- Manter em funcionamento o Balneário Termal do Cró e preparar logo que possível um novo procedimento para a concessão do Balneário. -----

- Apostar na Conetividade, o procedimento está concluído, vamos avançar com 22 centros de Coworkig Rural, em 22 localidades que já estão em execução. Vai permitir que criemos um espaço onde as pessoas possam fazer o seu teletrabalho com todas as condições, e com partilha de equipamentos e de espaços. Posteriormente lançaremos outro concurso onde vamos abranger o resto das localidades. Quero realçar que esta medida devia ser uma medida do poder central. ----

- Apoio financeiro às Associações nomeadamente Bombeiros e Sapadores Florestais. Continuamos a apoiar estas associações porque são importantes pela missão que têm no nosso território. -----

- Promover a sustentabilidade ambiental, apostando em políticas ambientais diferenciadoras com políticas que resultem em medidas amigas do ambiente e indutoras de economias verdes, inovadoras e diferenciadoras, como economia circular, circuitos curtos de comercialização, economias gestoras de eficiência energética e da água, de agricultura e transformação de produtos biológicos, de turismo de natureza e sustentável, touring cultural e paisagístico, assentes no património diversificado. Quero ressaltar duas candidaturas que temos com Penamacor, cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata e Área Integrada Gestão de Paisagens, com Sabugal e Penamacor. São duas candidaturas importantes, daquilo que pode ser a reabilitação das nossas paisagens naturais. -----

Era isto que queria referir, sendo certo que o documento complementar refere qual é a nossa estratégia, a nossa missão e a nossa visão para o nosso concelho nos próximos 4 anos.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Alexandre Gonçalves**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

"Nas Grandes Opções do Plano, página 10/25, constam quatro rubricas destinadas a intervenções nos cemitérios, sendo que três dessas intervenções estão perfeitamente definidas como sejam: cemitérios de Quadrazais, Sortelha e Forcalhos. -----

Será que a quarta rubrica, designada para obras em outros cemitérios, com uma dotação de cinco mil euros, vai ser aplicada, e face à necessidade de intervenção, no cemitério de Aldeia do Bispo?

Recordo que na reunião de Câmara, realizada no dia 7 de julho de 2017, o executivo da Câmara foi unânime ao não concordar com a forma de como a ampliação do cemitério de Aldeia do Bispo foi concretizada. -----

Sobre este assunto, foi distribuído por mim, no ano de 2017, um folheto à população de Aldeia do Bispo acerca da ampliação do cemitério, ninguém está de acordo com o modo de como foi executada a ampliação do cemitério. -----

Esse folheto também continha um estudo e, conseqüentemente, um esboço, realizado por um Engenheiro, de uma solução para o cemitério que dividia a referida ampliação em dois ou três patamares. -----

Também abordei este tema na reunião de Assembleia Municipal de dezembro de 2017. Nessa mesma sessão, entreguei ao senhor Presidente da Assembleia Municipal um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, elaborado pela Divisão de Apoio Jurídico, acerca da Delegação de Competências dos cemitérios nas Juntas de Freguesia. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal do Sabugal, para quando as obras de requalificação da ampliação do cemitério de Aldeia do Bispo?" -----

Seguiu-se o senhor **João Manso**: -----

"Depois de termos analisado os documentos, ficámos bastante preocupados com algumas obras que antes eram prioritárias para o executivo, e agora passaram para um papel secundário. A título de exemplo, vou nomear algumas: -----

- Parque de Música da Bendada, que é projetado agora para 2027; -----

- Escola Primária do Sabugal, que é projetado também para 2027; -----

- Centro Náutico, também para 2027; -----
- Projeto das Rosas, para 2027; -----
- Foi abandonada pelo executivo PSD a ligação à A23; -----
- A melhoria da estrada Sabugal-Guarda, para quando a sua concretização? -----
- Relativamente à Estratégia Local de Habitação, vemos que o Município do Sabugal tem o seu projeto atrasadíssimo, comparativamente com outros Municípios." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

O senhor **Presidente da Câmara**, em resposta à intervenção do senhor Alexandre Gonçalves disse não ter conhecimento desse descontentamento, mas que será averiguada a situação junto da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo, de forma a arranjar uma solução que dignifique todos os envolvidos. -----

Sobre as questões colocadas pelo senhor João Manso, o senhor Presidente da Câmara referiu que o novo programa de contabilidade não contempla a 'célula obras a definir', que anteriormente "nos permitia colocar obras que não tivessem dotação orçamental, sendo possível puxar no ano em que houvesse dotação orçamental. Não permitindo isso, a única forma que nós temos de repescar essa obra é colocá-la em 2027, e quando houver dotação orçamental para a sua execução puxar essas obras para 2022. -----

O Parque de Música da Bendada, é um desses casos, além de estarmos a aguardar que abra nova candidatura, uma vez que a candidatura feita não foi aprovada, no entanto vamos insistir." -

Sobre o edifício da antiga Escola Primária, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** disse que está previsto passarem para esse edifício serviços como a Educação, Cultura e Ação Social. No primeiro andar temos salas disponíveis para formação e um pequeno auditório. -----

O objetivo também é que o edifício dê vida ao centro da cidade, e sendo um edifício tão imponente, tem mesmo de ser um edifício utilizado e dignificado. Consideramos que colocar estes serviços e dar esta dinâmica será bom para o edifício e para a cidade.” -----

Prosseguiu o senhor **Presidente da Câmara** referindo que sobre o Centro Náutico é necessário procurar parceiros privados para a sua construção, uma vez que o Município não tem capacidade financeira para esses empreendimentos, “e posso dizer-vos que há negociações a decorrer, porque o espaço que está reservado para o Centro Náutico contempla também 45 hectares que também estão definidos no Plano de Ordenamento da Barragem, onde é autorizada a construção de vários equipamentos, como um hotel rural, caso haja interesse por parte de algum privado, está prevista a construção de 200 residências assistidas, um parque aquático, e outras infraestruturas. Obviamente que para construir isso, precisamos de 20 milhões, valor esse que a Câmara não tem.

Sobre o projeto do Milagre das Rosas, não foi abandonado, o projeto está pronto e integrado no PARU, e nós temos por parte da CCDR alguma garantia que, dentro de pouco tempo, haverá overbooking no PARU. E ao haver overbooking, vamos buscar esta obra que também está para 2027. -----

Também está no PARU a Casa do Empreendedor, e eventualmente, podemos candidatar a segunda fase da praia fluvial e a entrada sul. -----

É esta a nossa expectativa, e foi isso que me foi transmitido há um mês em reunião da CCDR. ---

Sobre a melhoria da ligação Sabugal-Guarda, como todos sabem, assinámos um acordo de gestão com as Infraestruturas de Portugal, Câmara da Guarda e Câmara do Sabugal. Estão reservados 5 milhões de euros para a requalificação da 233, que liga Sabugal à Guarda. Não é o ideal, mas vamos melhorar o acesso, em questões de rapidez e em questões de segurança. A obra prevê o reperfilamento da via, e vem até à zona urbana do Sabugal. Portanto, é uma realidade, e vai ser concretizada. -----

Relativamente à ligação à A23, está no Plano e Orçamento, pelo menos aproveitar o que está feito na ligação de Penalobo à Bendada. É um objetivo nosso, vamos mandar fazer o projeto e tentar executar a obra.” -----

Acerca da Estratégia Local de Habitação, o senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra à senhora **Vice-Presidente da Câmara** para esclarecer o assunto: -----

"Nós iniciámos este processo no IRU há mais de um ano. Solicitámos, como está previsto, financiamento deste estudo, tivemos alguma dificuldade em obter resposta, e quando íamos iniciar o processo, o IRU entrou em contacto connosco, e neste momento já está em andamento, está a ser trabalhado, e penso que muito em breve temos a Estratégia Local de Habitação pronta. Este atraso que surgiu acaba por ser benéfico, porque podemos agora cruzar com os apoios que vai haver no âmbito do PRR para a habitação e, portanto, dirigir de alguma forma esta estratégia local de habitação, aproveitando o financiamento que vai existir do PRR." -----

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor **Presidente da Assembleia** foi o documento colocado a votação. -----

A Assembleia Municipal, **deliberou** por maioria, com 38 votos a favor e 18 abstenções, **aprovar as Grandes Opções do Plano 2022-2027**. -----

PONTO 05 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2022 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"O Mapa de Pessoal reflete aquilo que tem sido as necessidades dos serviços relativamente a aposentações, baixas, transferências, e reflete o que vai ser a transferência de competências da educação. Vamos receber 55 funcionários das escolas, e isso obriga a que reforçemos as nossas equipas, nomeadamente a equipa da educação e outros setores. Em termos de logística de recursos humanos temos alguns problemas, mas temos de estar atentos a essas situações, e reflete também algumas necessidades que há em alguns setores, como nos serviços externos, em que só neste ano se reformaram sete funcionários, e em termos de baixas permanentes temos

6 funcionários. Somando a isso, tem havido a saída de muitos técnicos superiores, atendendo ao facto de neste momento a mobilidade ser muito mais fácil do que era antigamente, o que nos obriga a abrir concursos para colmatar essas falhas." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Foi então dada a palavra ao senhor **João Manso Dias**: -----

"Como facilmente é observado, há um aumento significativo de funcionários para o Município do Sabugal. Portanto, houve um aumento de cerca de 17%. Esse aumento vai ainda ser maior com a transferência de competências na área da Educação, o pessoal não docente vai também integrar os quadros do pessoal do Município. Em termos orçamentais estão mais 400 mil euros, relativamente a custos com o pessoal no ano anterior. por outro lado, nós não entendemos algumas contratações feitas recentemente, como por exemplo para área de informática onde já existia três informáticos, sabemos que o processo do terceiro informático ainda não está finalizado, e já aparece uma avença para mais um informático. -----

O senhor presidente vai-me desculpar, mas este tipo de contratações só se entendem por eventuais promessas eleitorais." -----

Seguiu-se o senhor **José Escada** que solicitou mais esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara, na sequência da sua intervenção anteriormente. -----

Por último, a senhora **Marisa Martins** que disse ter percebido que o aumento do pessoal não inclui os funcionários da transferência de competências na educação, "parece-me também que este aumento dos 400 mil euros, não me parece que esteja a incluir os funcionários que vêm das escolas." -----

Referiu ainda que os números que dispõe não coincidem com os que o senhor Presidente da Câmara referiu, 50 auxiliares e 8 assistentes técnicos. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões levantadas. -----

Sobre o aumento de 17% referido pelo senhor João Manso, o senhor presidente da Câmara referiu que se verifica esse aumento. *“323.133,00 € têm a ver com algumas entradas novas, mas também com o facto de todos os lugares previstos no mapa de pessoal terem de ter dotação orçamental.”* -----

A técnica superior **Conceição Ruas** esclareceu que os custos do pessoal já estão atualizados com o ordenado mínimo e com o aumento dos vencimentos na função pública. -----

Sobre a questão da informática, o senhor **Presidente da Câmara** disse foi contratado um especialista na área da programação. -----

Respondendo à questão do senhor José Escada, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Penso que referiu um pouco a questão da qualificação dos Recursos Humanos que temos na nossa apresentação do Orçamento. É óbvio que isso é uma preocupação, vamos efetuar um levantamento de todas as necessidades em termos de formação nas mais diversas áreas, e vamos implementá-lo no próximo ano.” -----

Ainda sobre a necessidade de formação e qualificação dos trabalhadores do Município, a senhora **Vice-Presidente da Câmara** disse ter sido efetuada uma reunião com as chefias do Município para ser feito o levantamento das necessidades de formação em cada um dos serviços. *“Vamos ter um plano de formação anual, que vai ser trabalhado com as chefias.”* -----

Respondendo à senhora Marisa Martins, o senhor **Presidente da Câmara** abordou a situação dizendo que, de acordo com a DGEST, são 55 funcionários, entre assistentes técnicos e assistentes operacionais. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal, **deliberou** por maioria, com 39 votos a favor, 1 voto contra da Sr.^a Maria da Purificação Rodrigues Nabais, e 15 abstenções, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2022.** -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte.

PONTO 06 - NOMEAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL -----

O **senhor Presidente da Assembleia** disse ter recebido duas listas. -----

Face à informação registada sob o n.º 15489, datada de 13-12-2021, a Assembleia Municipal **deliberou**, por escrutínio secreto, **nomear 1 representante das Juntas de Freguesia, tendo sido apurado o seguinte Resultado:** -----

Lista A (Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula do Côa): 33 -----

Lista B (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa): 21 -----

Votos Nulos: 00 -----

Voto Branco: 00 -----


Assim, fica nomeado o membro da Lista A (Presidente da Junta de Freguesia de Rapoula do Côa).

PONTO 07 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

Não tendo havido mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezoito horas, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, _____


Vânia Martins Filipe